



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SOURE
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE**

MARIA DELMA PORTILHO BRITO

**COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU - BAIXO
TOCANTINS- AMAZONIA PARAENSE: CONDIÇÕES DE VIDA E LUTAS.
PROPOSTA DO PROTOCOLO DE CONSULTA E GARANTIA DE DIREITOS
QUILOMBOLAS**

Comunidade Quilombola São José de Icatu/Baião- PA

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SOURE
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE**

MARIA DELMA PORTILHO BRITO

**COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU - BAIXO
TOCANTINS – AMAZONIA PARAENSE: CONDIÇÕES DE VIDA E LUTAS.
PROPOSTA DO PROTOCOLO DE CONSULTA E GARANTIA DE DIREITOS
QUILOMBOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito parcial avaliativo para o curso
de Etnodesenvolvimento 2016 UFPA –
Campus Soure.

Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Co-orientador: Johny Fernandes Giffoni

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DELMA PORTILHO BRITO

**COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU – AMAZONIA PARAENSE
– BAIXO TOCANTINS: CONDIÇÕES DE VIDA E LUTAS. PROPOSTA DO
PROTOCOLO DE CONSULTA E GARANTIA DE DIREITOS QUILOMBOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Graduação, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, Universidade Federal do Pará, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientadora

Prof. Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura
Faculdade de Etnodiversidade - UFPA

Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira
Faculdade de Etnodiversidade - UFPA

Dedico este trabalho a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica A todos os colegas que contribuíram para a realização desse trabalho e principalmente a Deus e a minha família.

AGRADECIMENTOS

Gratidão às divindades, pela saúde e disposição que nos permitiram a realização deste trabalho.

A minha família pelas series de compreensões nas ausências nos dias comemorativos, feriados e até mesmo nos momentos de enfermidades.

A minha Comunidade Quilombola São José de Icatu, pela oportunidade de acesso ao Ensino Superior.

Aos autores sociais de minha comunidade que não mediram esforços e tiveram e têm contribuições fundamentais importantíssimas na construção deste projeto.

Aos nossos professores e professoras da Faculdade de Etnodiversidade e os convidados que contribuíram com o nosso processo de ensino e aprendizagem.

Ao querido e estimado companheiro Hilário Moraes que sempre me deu muita força e apoio nos momentos difíceis para que eu permanecesse no curso.

A minha querida e estimada orientadora Dra. Rosa Acevedo.

Aos dois defensores públicos Mestre Johny Fernandes Jiffoni e Doutora Andreia Barreto pelo apoio e incentivo quanto à minha formação acadêmica e pessoal.

Aos meus colegas de turma, em especial ao Ewerton Monteiro e a minha amiga/irmã Daniela Assunção, que já me suporta a quase uma década.

Ao pai e avós dos meus filhos, que nunca mediram esforços para cuidar deles na minha ausência.

A minha querida e estimada Mestre Adhara Abdala e a Doutoranda. Ellen Rodrigues que tem me apoiado bastante nestes processos do mundo acadêmico.

Ao movimento quilombola de todo estado que tem me dado uma formação de vivência incrível.

Agradeço, também, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho

Sou que sou, porque sou todos nós –

Filosofia UBUNTU

RESUMO

Neste trabalho acadêmico é inicialmente descrita a Comunidade Quilombola São José de Icatu sob vários planos - social, econômico, ecológico, cultural e político. Frisa-se que em meio a tanto desrespeito de direitos dos povos e comunidades tradicionais surge a necessidade de se construir novas ferramentas, como instrumento de proteção e defesa dos territórios, e com base nesta necessidade, surge a proposta de adoção da construção de um Protocolo de Consulta, Previa, Livre e Informada na Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu, visando que este instrumento some significativamente nas lutas e resistência do nosso povo quilombola. A proposta desta construção tem como base as pesquisas realizadas nas atividades dos tempos comunidades, que se deram nos períodos de 2016 a 2019, para o curso de Graduação no Curso de Licenciatura e Bacharel em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade da UFPA Campus Altamira/Soure. Dessa maneira, os resultados apontam um diagnóstico socioeconômico e ambiental que revela problemáticas em termos agravantes, fundamentadas através de observações e relatos coletados, baseados nas minhas próprias vivências enquanto pertencente a este quilombo. Elaborar o Protocolo de Consulta é um projeto desafiador e se insere no plano de pesquisa-ação. Esta será pioneira na região do Baixo Tocantins, na Amazônia Paraense, construído de forma autônoma, respeitando as demandas e a especificidades quilombolas, buscando atender necessidades identificadas nas rodas de conversas para elaboração do Protocolo e os trabalhos anteriores do Tempo Comunidade que foram adensados para elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Palavras-chave: Território Quilombola, Protocolo de Consulta, São José de Icatu - Baixo Tocantins.

ABSTRACT

In this academic work, the São José de Icatu Quilombola Community is initially described under various plans - social, economic, ecological, cultural and political. It is emphasized that in the midst of so much disrespect for the rights of traditional peoples and communities, there is a need to build new tools, as an instrument for the protection and defense of territories, and based on this need, there is a proposal to adopt the construction of a Protocol Consultation, Previa, Free and Informed in the Remaining Community of Quilombo São José de Icatu, aiming that this instrument adds significantly to the struggles and resistance of our quilombola people. The proposal for this construction is based on the research carried out in the activities of the times communities, which took place in the periods from 2016 to 2019, for the Undergraduate course in the Bachelor and Ethnodevelopment Course at the UFPA Campus Altamira / Soure Ethnodiversity Faculty. In this way, the results point to a socioeconomic and environmental diagnosis that reveals problems in aggravating terms, based on observations and reports collected, based on my own experiences while belonging to this quilombo. Elaborating the Consultation Protocol is a challenging project and is part of the action research plan. This will be a pioneer in the region of Baixo Tocantins, in the Paraense Amazon, built autonomously, respecting quilombola demands and specificities, seeking to meet the needs identified in the conversation circles for the elaboration of the Protocol and the previous works of Tempo Comunidade that were densified for elaboration of this Course Conclusion Work.

Keywords: Quilombola Territory, Consultation Protocol, São José de Icatu - Baixo Tocantins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Comunidade Remanescente de Quilombo São José Icatu.

Figura 3: Mapa Social da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ADCT- Atos das Disposição Transitória

APACC - Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

APSJIQ - Associação dos Pescadores São José de Icatu Quilombola

BANPARÁ - Banco do Estado do Pará

BASA - Banco da Amazônia S.A.

BB - Banco do Brasil

CAR- Cadastro Ambiental Rural

CEB – Câmara de Educação Básica

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CEDENPA – Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará

CNE – Conselho Nacional de Educação

COHAB - Companhia de Habitação do Estado do Pará

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CPR - Conselho Pastoral Rural

CREQSJI - Associação Remanescente de Quilombo de São José de Icatu/Baião-PA

DPE – Defensoria Pública Estadual

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESF- Estratégia Saúde da Família

FAOR- Fórum da Amazônia Oriental

FNO - Fundo Nacional Constitucional do Norte

GTQ - Grupo de Trabalho Quilombola

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

LOA – Lei Orçamentaria Anual

LOAS - Lei Orgânica Assistência Social

MALUNGU - Coordenação das Associações das Comunidades de Remanescente de Quilombos do Pará

MPE – Ministério Público Estadual

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PC- Protocolo de Consulta

PROFAQ – Projeto Fundo Agricultura Quilombola

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresa

SEDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TELEPARÁ - Telecomunicações do Estado do Pará

LISTA DE ABREVIATURAS

Dec. – Decreto

Art. – Artigo

Dra./Dr. – Doutor/a

ha. – Hectare

km – Quilometro

Agr. Agricultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE SÃO JOSÉ DE ICATU	18
2.1 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU - CREQSJI OU COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO JOSÉ DE ICATU.....	20
2.2 ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O QUILOMBO SÃO JOSÉ DE ICATU	21
3 PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E ETNODESENVOLVIMENTO DO QUILOMBO	26
3.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO QUILOMBO DE ICATU	27
3.2 ESTRUTURA FÍSICA DO QUILOMBO DE ICATU	38
3.3 BASE ECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU	38
4 DIREITOS ÉTNICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	41
5 RODAS DE CONVERSA NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	59
ANEXO 1: CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU, MOCAJUBA-BAIÃO/PA.	59
ANEXO 2 - MONTAGEM E APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - RODA DE CONVERSAS E OFICINAS.....	60
ANEXO 03 – ATIVIDADES DE REGIONAIS, SOBRE O DIREITO A CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA (ENCONTROS DE FORTALECIMENTOS, RODAS DE CONVERSAS E FÓRUM).....	64
ANEXO 04 – MATERIAIS PRODUZIDOS NAS OFICINAIS DE CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA.	68
ANEXO 05 - PROTAGONISMO DO POVO QUILOMBOLA DE ICATU, EM DEFESA DA VIDA NESTE QUILOMBO NO PERÍODO PANDEMICO.	82
ANEXO 06 – TÍTULO COLETIVO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU.	85
ANEXO 07 - JOGOS DE IDENTIDADE QUILOMBOLA	87

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Etnodesenvolvimento/ Faculdade de Etnodiversidade- Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará apresenta os resultados de pesquisa, obtidos mediante a execução do projeto desenvolvido com a Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu, com o propósito de construir o *Protocolo de Consulta Livre, Prévio, Informada e de Consentimento*. Essa proposta é antecedida pelos conhecimentos acumulados durante o período de realização do curso de graduação acima indicado, correlatamente, face às necessidades expostas e debatidas em assembleias, reuniões (Anexo 02), conversas informais nas quais participei foram consideradas as possibilidades de ação para defesa de direitos contida no Protocolo.

Em São José de Icatu, no ano 2018, deu-se início nos debates sobre o **Direito à Consulta Prévia, Livre, Informada e de Consentimento** (Anexo 02), com base na Convenção 169 da OIT. Os debates ocorriam também em nível regional em Fórum, Encontros, rodas de Conversas e oficinas (Anexo 03), com o objetivo de combater a violência, as discriminações e os preconceitos, portanto, a defesa e o acesso aos direitos quilombolas. No mesmo ano, iniciaram as atividades com os jogos de identidade quilombolas (Anexo 07), com objetivo de fortalecer a identidade e cultura do povo quilombola e dar visibilidade e homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, visando uma maior integração entre nós.

De imediato, informo que esse processo que tomou um ritmo acelerado no II semestre de 2019 foi interrompido no mês de março de 2020, devido as posições de preservação da saúde coletiva que assumiu a Comunidade Quilombola São José de Icatu face a pandemia da COVID 19. A interrupção na elaboração do Protocolo de Consulta teve efeitos neste trabalho, notadamente por ter-me incorporado aos grupos que promoveram, decidiram e executaram o isolamento social do quilombo (Anexo 05), com coordenação de 84 (oitenta e quatro) pessoas em atividades com escala de 3 (três) turnos, no portão de isolamento e mais a missão de distribuição de suprimentos (Mascarás, álcool em gel e cestas básicas)¹ para as demais comunidades quilombolas nos Municípios de Baião e Mocajuba (Anexo 05). Com bastante lentidão foi retomada o trabalho sobre o T.C.C em finais de 2020 sistematizando os

¹ Para estas arrecadações contamos com parceiros (MALUNGU, UFPA, SEGUP E FUNDO ASSAI) que foram de sumas importâncias, tiveram um papel tão fundamental em nossas vidas quilombolas nesse momento tão crítico.

apontamentos sobre os debates ocorridos nas três Rodas de Conversa organizadas, trabalho que não foi integralmente realizado.

Neste estudo busca-se responder, a partir das experiências do Quilombo São José de Icatu, a questão seguinte: *De que forma os processos de construção dos Protocolos de Consulta, de Consentimento Prévio, Livre e Informada têm possibilitado compreender e fortalecer às lutas-resistências pelo direito fundamental da vida em território de quilombo?* Essas respostas têm capacidade de mobilizar ações políticas, embora não seja generalizada a adesão dos quilombolas ou se observe retardos nas posições a serem assumidas pela direção das Associações. De tal modo, tomamos como *objetivo geral*: O reconhecimento de direitos quilombolas que constam dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais (Constituição de 1988, Convenção 169 da OIT) igualmente das denominadas políticas quilombolas no âmbito da saúde, educação, cultura não significam atendimento de necessidades específicas pelo que é necessário proceder a construir coletivamente instrumentos de garantia de direitos. Dessa maneira, a construção do Protocolo de Consulta tem mobilizado as comunidades nas lutas por justiça sociais e ambientais. Destacam-se como objetivos específicos decorrentes desse primeiro: a) Descrever a comunidade quilombola São José de Icatu; b) Construir passos na elaboração do Protocolo de Consulta no Quilombo; c) Sistematizar os discursos que os quilombolas de São José de Icatu e demais, tem entendido este processo, incluindo as lideranças.

Compreendi como estudante do curso de Etnodesenvolvimento a relevância de estudar, analisar e agir dentro e ao lado dos povos e comunidades tradicionais. Esse agir tem relevância social para as demais comunidades e povos tradicionais da nossa região do Baixo Tocantins. Dessa forma formulo a justificativa social e política deste trabalho acadêmico que contribui, desde sua formulação, a refletir as problemáticas locais que se agravam: ameaças de retirada de território e destruição dos recursos realizada por empresas e indivíduos cada vez mais com maior violência. Destaco ainda a relevância acadêmica, no sentido de vir a evidenciar, mediante documentos, argumentação narrativa os processos de luta dos povos quilombolas da região do Baixo Tocantins que resistem para existirem! Que lutam para ser visibilizados! Que expõem abertamente as situações que os afetam e agridem, seja esse o despojo, a invasão de terras, o impedimento a educação e saúde diferenciadas.

Nesta introdução apresentamos os passos da pesquisa, o que possui grande relevância pessoal, por ser está a minha comunidade de origem e pertencimento. Nasci em São José de

Icatu e meus estudos foram realizados nesta. Aqui tenho residência junto com meus pais e a maioria da minha rede de parentesco.

Insisto logo, no documento base, de parte deste trabalho de pesquisa-ação que é o Protocolo de Consulta, tido como corolário do direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, estabelecida pela Convenção N°. 169, da Organização Internacional do trabalho (OIT), especialmente, no estabelecido, em seu art. 6º, 1, a, “os governos deverão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. (BRASIL. Esse documento, na sua estrutura interna foi objeto de estudo nas Rodas de Conversa e tivemos o auxílio de advogados² para instruir sobre seus conteúdos. Notadamente, esses conhecimentos foram ministrados no curso de Etnodesenvolvimento (Turma de Soure)³ e tiveram a coordenação do professor Gustavo Goulart Moreira Moura. Os discentes e suas comunidades recebem o subsídio ofertado durante o processo de graduação e os vínculos estabelecidos contribuem para a comunidade. Friso o que estabelece o PPC do curso de Etnodesenvolvimento;

[...] além de se basear no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, deve atentar para o fato de que o público-alvo a que se destina (povos indígenas e populações tradicionais) requer que essa indissociabilidade se dê de maneira diferenciada da que se aplica aos demais discentes da UFPA. Para tanto, um dos conceitos que devem nortear o curso é o de multiculturalismo. (PPC, 2008, p.3).

Desde que o trabalho consiste em plano de ação, proposto pelo curso de Etnodesenvolvimento, curso de formação que tem como público alvo povos e comunidades tradicionais, portanto, todas as atividades estão direcionadas a este campo. Os discentes e membros das comunidades temos o dever de apresentar resultados concretos para as nossas comunidades de pertença, a qual nos oferece subsídios e oportunidades para ingressar neste

² Adhara Abdala, advogada e mestranda do Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido acompanhou reuniões e Rodas de Conversa. Igualmente recebemos assessoria do advogado Johny Jiffony, da Defensoria Pública do Estado do Pará.

³ O curso é abrigado na Faculdade de Etnodiversidade Campus de Altamira [...]” (PPC, 2008, p.3) e foi flexibilizado - em 2016 para o Campus de Soure no Marajó, e atualmente compoendo a Faculdade de Etnodiversidade, na Universidade Federal do Pará – UFPA Campus de Altamira, captamos os propósitos e metodologia do curso, a saber sobre sua concepção e estrutura; [...] em regime seriado a partir da metodologia de alternância, com períodos letivos intensivo-modulares, organizados em momentos presenciais em sala de aula, [...], e momentos nas comunidades às quais pertencem os estudantes indígenas e não-indígenas, obedecendo a calendário próprio segundo demanda do público por ele atendido. (PPC, 2008, p.3)

curso. No meu entender ultrapassa-se sempre o significado de recompensar a comunidade. Temos a honra de construir junto ao nosso povo um plano de ação, decidido sob a base de crítica, reflexão e autonomia. Portanto, é com base nesta concepção que foi formulado este projeto.

Portanto, o processo de escolha do tema do projeto se deu mediante uma assembleia extraordinária mobilizada pela direção da Comunidade Quilombola de São José de Icatu e por mim discente em conclusão de curso. Através de ofício circular (Anexo 04), respeitando o estatuto social desta comunidade quilombola, todas as mulheres e demais gêneros da comunidade foram convidados. Assim, ocorreram algumas reuniões, em que parte da comunidade participou das ações (Anexo 02). Estas ações foram organizadas em formato de Rodas de Conversas, registrada em ata pela nossa Associação, com pauta única e sugestões temáticas.

Dentre as temáticas propostas durante as reuniões que identifiquei como preparatórias e os trabalhos do Tempo Comunidade foi indagada qual era a necessidade mais premente a ser atendida pelo Plano. Os temas apontados foram: 1. Montagem de uma Casa de Cultura, para o qual seria reformado um espaço físico; 2. Construção do Protocolo de Consulta de Consentimento Prévio, Livre e Informado. Este segundo foi escolhido dadas as necessidades do território, baseada na vivência da comunidade e a importância de controlar, eliminar e extinguir uma das maiores ameaças, que consiste nas intervenções diretas de elementos externos que se direcionam a explorar e destruir os recursos (água de igarapés e rios, vegetais encontrados nos vários ecossistemas, assim como a fauna). Esses agentes continuam apropriando-se de parte do território étnico. Os danos causados são, de certa forma imensuráveis a este grupo étnico. A Convenção 169 da OIT estabelece que nessas ocorrências “cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”, “[...], este povo deve ser consultado antes de o projeto ser aprovado.” (PONTES JR, 2019, p.12). De forma reiterativa a compreensão de que

A Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um tratado internacional de direitos humanos que versa sobre direitos dos povos indígenas e tribais, ou seja, trata-se de uma “lei” internacional com força vinculante para os Estados que a assinaram. (SILVA, 2019, p.48).

Esses capítulos da Convenção foram examinados insistentemente nos procedimentos metodológicos da pesquisa para proceder a estudar os conteúdos que contemplam os direitos étnicos, territoriais, saúde, educação e, fundamentalmente, a consulta em situações de ameaças constantes.

No registro metodológico que estamos escrevendo apontamos que durante as pesquisas de campo realizadas no Quilombo São José de Icatu, nos períodos de 2016 a 2019, para o Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, da Universidade Federal do Pará, antes identificado.

Nesses momentos de estudo várias problemáticas foram identificadas. Ressalta-se que no tempo de pesquisa, os atores sociais fizeram avaliações sobre as situações **sociais, ambientais e econômica**, que se configuram como desequilíbrio considerável para as unidades sociais, daí necessitar urgentemente desta ferramenta para que possam contar como subsídio para assegurar a proteção e defesa do território. Vejamos *essas* dimensões:

Ambientais: Aumento de desmatamento e queimadas descontroladas causados por agentes internos e externos, com reflexo na escassez de alimentos (peixes, caças, sementes raízes, óleos, frutos e outros derivados oriundos de nossa flora e fauna Amazônica), provenientes das ações na pesca predatória, caçada fora de época, avanço do agronegócio com a expansão do monocultivo (pimenta, açaí e recentemente os avanços do paricá e do dendê), impactos da UHT⁴ de Tucuruí, ao longo de quatro décadas, exploração dos demais recursos naturais como seixos, areia entre outros, causando desequilíbrios significativos ao meio ambiente; apropriação de ilhas que constituem uma reivindicação territorial, desde 2006.

Econômica: deficiência no comprimentos das políticas públicas pelo poder municipal, isto evidencia-se na falta de apoio para o acesso ao Programas Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimento – PAA, falta de insumo, patrulha mecanizada e assistência técnica tanto pela EMATER quanto das Secretarias de Agricultura tanto municipal, quanto estadual, causando um déficit à produção da agricultura

⁴ Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí está situada na cidade de Tucuruí, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, a 350 km ao sul de Belém, no Estado do Pará. Em 11 de julho de 1974, foi outorgada à ELETRONORTE a concessão da UHE, através do decreto n.º 74.279, com o intuito de atrair para a Amazônia empresas de alumínio de natureza eletrointensiva (TAVARES et al., 2006). Na década de 1970, também estavam sendo formadas as raízes históricas do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB), o qual foi fortalecido com a luta dos atingidos pela barragem de Tucuruí.

Esta UHE afetou diretamente os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Goianésia, Ipixuna e Itupiranga por conta da construção do lago artificial. A inundação de 2.830 km² provocou muitos problemas ambientais, como alteração da fauna, da flora, do solo, do clima e da água, ocasionando a morte de animais e muitas doenças aos que moram a jusante da barragem, como intoxicação aguda e câncer de pele (MAB, 20/05/2009). Destacam-se ainda dentre os problemas de saúde que se intensificaram após a construção da UHE: a malária, o estresse, a depressão e o alcoolismo (CORREA, 2009; PANTOJA & ANDRADE, 2012). Ver. Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.

Disponível em <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pa-atingidos-por-barragens-indigenas-quilombolas-e-comunidades-tradicionais-de-tucuru-i-lutam-por-seus-direitos>. Acesso em 14.03.2021.

familiar, resultando na falta de estrutura para escoação de produtos (transporte e estradas de qualidade). Confere-se que mesmo sem apoio as famílias tem uma boa produção, mas existe uma desvalorização dos produtos oriundos da Agricultura Familiar- AF, na região do Baixo Tocantins.

Social: consiste nas tentativas de cooptações de lideranças, desarticulando assim o coletivo, causando, portanto, uma fragmentação na luta e fortalecendo uma ruptura no entendimento as aplicações corretas das políticas públicas, retardando assim sua efetivação na prática como realmente precisam ser de fato e de direito. Tornando esse grupo totalmente vulnerável, com as inúmeras dificuldades de acessar serviços de seus direitos fundamentais a saúde, educação e infraestrutura, com destaque que suas especificidades precisam ser respeitadas, isso converge com as demais violações de direitos humanos.

Ajuizando que outros meios já foram acionados (ofícios, reuniões, avaliações, fórum, encontros, seminários, entre outros), visando solucionar estas situações entre outras problemáticas, no entanto não foram consideradas, muito menos respeitadas, as solicitações feitas pela comunidade. A metodologia para abordar essas dimensões consistiu em sistematizar dados, analisar e observar novas questões contidas no trabalho de pesquisa realizado; produzir interpretações a luz de direitos quilombolas e políticas públicas nos quais é possível conferir que o “fator étnico” está sendo elidido.

Reafirmo que o projeto/Plano de Ação, consiste em instrumento de luta, pois tem assegurado os direitos fundamentais de povos e comunidades tradicionais, construída de forma autônoma, visando o respeito a decisões internas da comunidade por indivíduos externos. Pontes Jr. (2019) informa que esta ferramenta “[...] possui o objetivo de fazer com que o exercício do direito à consulta prévia seja emancipatório.” (PONTES JR, 2019,13). O autor reitera o relativo às decisões que irão impactar este território, enfatizando que os povos devem ser consultados respeitando seu tempo e espaço, imperativamente “com respeito aos modos de criar, fazer e viver de povos e comunidades diferenciados”. (PONTES JR, 2019). Registro que este Processo de Consulta é um dos primeiros a ser construído na Região do Baixo Tocantins e esperamos com isto incentivar outros grupos, organizações e comunidades a exercitar essa prática⁵.

⁵ Durante as Rodas de Conversas e reuniões diversas esse processo formativo esteve à participação de outras comunidades. As demonstrações de interesse foram expressivas, inclusive conseguimos parceria com a Caritas, para a construção de mais dois protocolos além do nosso, nesta região para o Território Terra da Liberdade (composto por oito comunidades quilombolas) e Território de Bailique 04 (quatro comunidades quilombolas). Todavia, como já dito essas ações estão em compasso de espera devido à Pandemia da COVID 19. Na etapa

O T.C.C. é apresentado em cinco sessões ou capítulos, além desta Introdução, a segunda aborda a Comunidade Remanescente de Quilombos de São José de Icatu no plano histórico e geográfico. Na terceira é apresentado, de forma sintética, o Processo de Ocupação e Etnodesenvolvimento do Quilombo; na quarta é salientada a relação entre Direitos Étnicos e Políticas Públicas e se estabelece relação privilegiada com a proposta do Protocolo de Consulta. Na quinta sessão é realizada a avaliação do trabalho realizado para elaboração do Protocolo de Consulta, objetivo central do Plano de ação. Finalmente estão inseridas algumas considerações que dificilmente podem ser tidas como finais, dada a incompletude na elaboração final do Protocolo de Consulta e não ter sido entregue para aprovação pela comunidade de São José de Icatu.

2 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE SÃO JOSÉ DE ICATU

A história da escravidão e da formação de quilombos no vale do rio Tocantins ressalta o adensamento da força de trabalho escravo no século XVIII quando o cultivo de cana-de-açúcar incorpora novas terras sob controle dos que eram “donos das terras” e dos engenhos. A documentação histórica situa o quilombo de São José de Icatu no rio Tocantins desde esse período. Gomes (2006) explica que nos municípios de Cametá, Moju, Mocajuba, Baião e Oeiras na população total contavam-se mais de 2.700 escravizados. A rede de quilombos era relativamente extensa, notadamente nas proximidades da vila de Cametá. Moraes Pinto (2001, 337) localiza dois quilombos no município de Mocajuba: São José de Icatu e Putirí. A historiadora afirma que na formação dos quilombos interviam:

Fatores como defesa e crescimento demográfico que acabaram ocasionando a formação de outros redutos de quilombolas. Tanto o quilombo de Mola ou Itapocu como os quilombos de Icatu e Paxibal serviram como referência para a formação de outros minis quilombos na região Tocantina (MORAES PINTO, 2002, p.337-338).

O quilombo contemporâneo de São José de Icatu pode ter tido deslocamentos, ampliação em relação à localização dos séculos XVIII, IX e XX, o território ocupado mudou e é difícil identificar com precisão os processos de mudança. No Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo da Comunidade Remanescente de Quilombos de São José de Icatu este se encontra na jurisdição do município de Baião.

No tocante as localizações geográficas do quilombo estão referidas a duas unidades municipais que nos dividem e compartilham, de forma que entendemos arbitraria. O povoado

inicial, outros quilombolas da região também participaram de nossas construções, que se tornaram espaços de formação, com várias temáticas sendo discutidas, os participantes constroem as pautas, com informes e sugestões de fortalecimentos.

São José de Icatu está localizado entre os Municípios de Baião/PA e Mocajuba/PA, nas margens da PA151, km 198. O acesso a sede fica a 05km vicinal, estrada de terra, em direção ao Rio Tocantins, Região do Baixo Tocantins no Estado do Pará, como mostra o mapa.

A comunidade encontra-se “com sede na estrada do Icatu s/n, município de Mocajuba [...] área de terras localizada no município de Baião - Estado do Pará”⁶ (certidão nº 013-ITERPA- Instituto de Terra do Pará). Portanto, a localização é referida nesse documento igualmente ao Município de Baião⁷. Identifica-se acesso terrestre e fluvial. Terrestre se dá por meio da PA-151, no final do km 198, com percurso de 5 km de vicinal em direção ao Rio Tocantins, via aquática pelo Rio Tocantins, Rio Tauaré e Rio Icatu, na região do Baixo Tocantins. Até a construção das estradas mencionadas o acesso era exclusivamente pelo rio Tocantins que passou a experimentar profundas alterações no seu leito com a construção da UHE Tucuruí. As dificuldades de navegação dizem respeito aos bancos de areia e formação de ilhas, assim como alterações no fluxo e volume de águas.

Figura 1:Localização da Comunidade Remanescente de Quilombo São José Icatu.



Fonte: Mapa elaborado por Guilherme Teles (março 2021)

⁶ Mocajuba é um município brasileiro do estado do Pará. Localiza-se a uma latitude 02° 35'03" sul e a uma longitude 49°30'26" oeste, estando a uma altitude de 30 metros. Sua população estimada em 2018 é de 30.736 habitantes. Possui uma área de 870,809 km². (Wikipédia, enciclopédia livre) A cidade encontra-se há 242 km da capital do Estado.

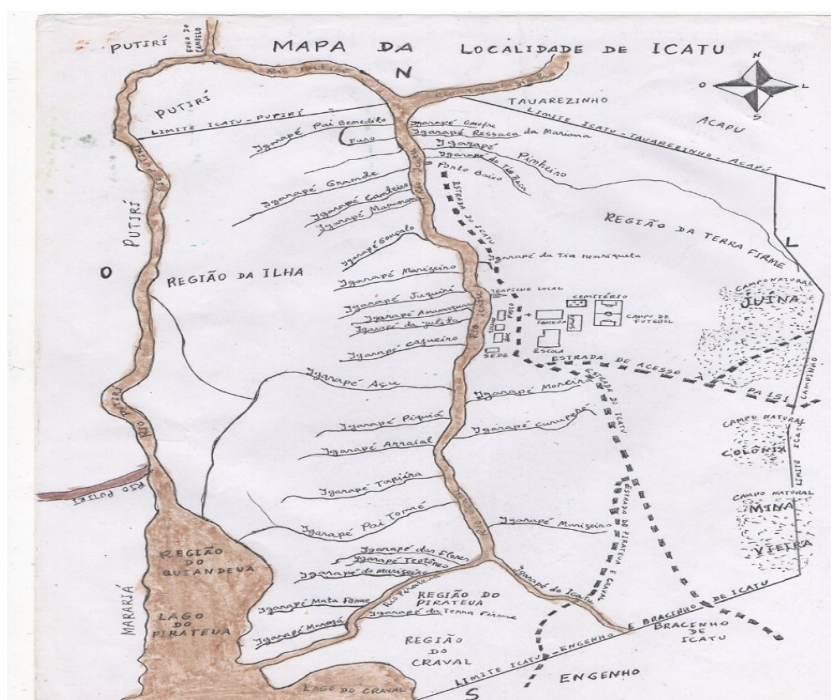
⁷ Baião é um município brasileiro do Estado do Pará. Localiza-se a uma latitude 02°47'26" sul e a uma longitude 49°40'18" oeste, estando a uma altitude de 30 metros. Sua população estimada em 2013 era de 41.907 habitantes. Possui uma área de 3202,399 km².

2.1 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU - CREQSJI OU COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO JOSÉ DE ICATU

A titulação do Quilombo São José de Icatu foi realizada em 30 de novembro de 2002 pelo Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA. O quilombo possui uma área total de 1.636,6122 ha, perímetro de 18.051,44m, na forma de um polígono irregular de 11 lados, definida pela coordenada geográfica de latitude $2^{\circ} 39' 53,72''$, sul e a uma longitude $49^{\circ} 35' 18,30''$, oeste. Área acima citada consta apenas a titulado, pois a comunidade pretende incluir mais 1.905 há área de ilhas que ficaram de fora da demarcação.

No croqui elaborado pelo professor Domingos Flávio Lopes Farias⁸, quilombola e liderança de São José de Icatu, elaborado a fim de apresentar as características da comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu, a partir da sua relação com o Rio Tocantins e afluentes, que banham a comunidade. Insisto nesse croqui pois nele consta a Região da Ilha, onde ocorrem processos de invasão que estamos documentando e se ampliaram em 2010 e 2021.

Figura 2: Mapa Social da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Domingos Flavio.

⁸ Domingos Flávio Lopes Farias assinou como Representante da Comunidade Quilombola de São José o Título de reconhecimento de domínio Coletivo que foi outorgado com base no Artigo 68 das ADCT, e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal e ainda da Carta Estadual N° 6165 de 1998, nos seus artigos 285, 286 e 322 e ainda o Decreto Estadual N° 3572/1999.

2.2 ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O QUILOMBO SÃO JOSÉ DE ICATU

Em 1999 foram realizados os estudos Antropológicos pelo CEDENPA e UFPA, com a influência do Dr. Jorge Farias (*In memoria*) que na época fazia parte composição da entidade, segundo Prof. Domingos Flavio L. Farias, ponderando ainda que o nome da comunidade “São José” se deu em homenagens ao santo padroeiro da comunidade, e *Icatu* de origem indígena (tupi) que significa Rio de Água Boa, *I- Rio/água, Catu- Boa*, quem nasce em Icatu é chamado de Icatuense.

A Associação dos Moradores da Localidade de Icatu, que foi denominada “Comunidade São José de Icatu”, foi fundada no dia 13 de dezembro de 1992, e recebeu o reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombos em 30 de novembro de 2002, [...]. (CREQSJI, 2006)

Não entanto, essa informação é incorreta. A Associação da Comunidade Remanescente São José de Icatu foi fundada no dia 13 de dezembro de 1992⁹ e foi publicada no Diário Oficial em 21/04/1994, criada para suprir a necessidade da comunidade, principalmente para acessar as políticas sociais nas esferas governamentais, sobretudo estadual e federal, segundo o senhor José Maria de Oliveira Brito, em entrevista concedida no I Tempo Comunidade, que inclusive cita a composição da primeira direção, relatando que “[...] a primeira chapa da associação foi composta por: Presidentes Climério Rosa, Vice-Presidente: Bento Faria e como secretario o Prof. Domingos Flavio Lopes Farias”.

Segundo Lopes Farias (2016) o “quilombo encontra-se formado por descendentes de negros, indígenas, turcos, alemão e português” e acrescenta que está “eticamente formada por mais ou menos 60% de negros, 30% de pardos e 10% de brancos”¹⁰. Nestes dados temos 30% da população que se considera pardos, definição esse que atribuo aos processos de escravidão dada pela colonização, como fortes requisitos até os dias atuais em todos os cenários da sociedade.

Como quilombolas temos preocupação com a negação de identidade o que se configura no cotidiano do nosso povo negro como uma forma de amenizar os dolorosos processos de subordinação e formas de discriminação racial que sofremos diariamente, pois;

(...): boa parte da população negra não gosta de si mesmo e nem de ser chamado de “negro”, principalmente porque essa palavra é pronunciada em tom destinado a agredir, a ofender. Assim a simples palavra “negro” já contém um conceito negativo (mais especificamente, um conceito prévio, ‘pré-conceito’; preconceito), significando automaticamente: pessoa feia, grosseira, burra, violenta, que tem mau cheiro, que serve apenas para trabalhos braçais, que rouba, etc. (CEDENPA, 2013, p 12)

⁹ Destaco a formação da Associação com maior detalhe mais adiante.

¹⁰ Estes dados expostos pelo professor foram obtidos em compilação pessoal do mesmo, para um livro de sua autoria.

Por tanto crescemos ouvindo esses pré-conceitos¹¹ absurdos e julgamentos sendo reproduzidos, e alguns casos fomos/somos vítimas desses atos, principalmente nas piadinhas racistas, que nos ferem profundamente, resultando em autonegação, causando danos que resultam em isolamento e até mesmo suicídios.

Elencando outros fatores, do qual um deles se constituiu a partir dos artifícios de letramentos, onde tivemos uma educação que contribui profundamente no fortalecimento dessa negação de identidade étnica, considerando que até os dias atuais muitas dessas ações ainda são perpetradas. Nos livros didáticos, eram fortalecidos a povoação do imaginário, num conceito que jamais seremos encaixados, até porque os negros descritos pelos colonizadores estavam bem longe dos negros que somos, e até mesmo do que foram os negros no passado. Apesar dos nossos antepassados terem sido trazidos a força para este país, para desenvolver trabalhos pesados de forma submissa e escravista, somos pessoas com alma e sentimentos, e temos direito de ser tratados com equidade, igualdade e respeito nesta sociedade que desde a chegada dos nossos antepassados só nos subtrai direitos de existência e dignidade.

Entretanto, após a abolição da escravatura o objetivo do Brasil tem sido apagar a negritude do país, tanto que delegou aos tabeliões de comarca que todos os negros que comparecessem a esses estabelecimento, no registro da criança teria que ser denominada como parda, porque negro era um palavra feia, com um histórico repulsivo na sociedade, ou seja, na verdade foi bem mais fácil nos inserir no processo de miscigenação, onde nos caracterizavam como **morenos, mulatos, pardos**, e outras descrições que foram criadas para nos embranquecer, nos impondo a severa negação étnica racial, não aceitando quem realmente éramos/somos, nos envelopando a uma padronização.

Ser *negro* não era, e nem é, uma tarefa fácil no Brasil, ser negro quilombola, ainda mais difícil. Quilombola, quilombo são palavras atreladas a expressões pejorativas que cansam. Todavia, como inserido no Parecer 16/2012,

Lamentavelmente, essa visão colonial ainda persiste nos livros didáticos e no imaginário social, fruto das estratégias de branqueamento da população e das tentativas de apagamento da memória afro-brasileira e africana imposto pelo racismo. (Parecer 16/2012).

Diariamente passamos por diversos processos discriminatório, principalmente a partir do momento que assumimos nossas identidades: Quem somos? como e de onde viemos

¹¹ Definindo assim, que a partir das concepções aqui recebemos sobre identidade criamos um pré-conceito, que atualmente lutamos para desconstruir, pois nascemos e vivemos em uma sociedade racista, e acredito muito que os nossos antepassados contribuíam nestes conceitos para nos livrar do processo dolorosos das discriminações.

e vivemos? Esses questionamentos são rotineiros. Sem contar que para o campo de pesquisadores viramos um laboratório, pois na maioria das vezes vem as nossas comunidades coletar informações para suas formações/titulações, sem nenhum compromisso em trazer resultados consistente, para contribuir de algumas formas com solução das problemáticas, ou fortalecer, ou dar visibilidade a algum de nossos potenciais encontradas durante o período de pesquisa. até para acessar as políticas públicas de fim de direito, passamos por questionamento e provas.

O ser e o reconhecer-se como quilombo, quilombola, remanescente de quilombos é um processo muito longo e sofrido. A história da formação desses grupos é diversa na sua forma e contexto sócio-histórico. Assim, comunidades quilombolas não são apenas aqueles originadas de grupos de escravos fugidos, mas a resistência a todas as formas de usurpações as caracteriza de forma plena. Assim, a resistência é um aspecto comum a todas elas. Primeiro tivemos resistência a escravidão; depois a resistência para exercitar seus modos de vida tradicionais, seu modo de ser e de viver. (LAGES; MALCHER, 2012, 6).

Quando se trata do povo quilombola é impossível se falar de identidade sem vincular diretamente ao território que ocupamos, pois lugar e indivíduos estão interligados, pois, nossas ancestralidades não nos permitem esse desligamento. É preciso frisar que quilombo significa, “lugar de resistência, refúgio das opressões, nosso lar, comunidade cultural, grupos com ancestralidade africana, negros e negras em grande união” (CESE, 2016, 15). Remetendo ao ser quilombola no Brasil é apontado:

conhecer nossa história, aceitar e valorizar nossas raízes culturais, ter ascendência africana, seguir costumes dos antepassados; e ser descendentes de escravos(as) que formaram os quilombos; ter contato direto com a terra; ter identidade própria; ter vínculo familiares e coletivos na comunidade; ser lutador(a) pelo território e por direitos. (CESE, 2016, 15)

No século XVIII ocorreu a formação dos quilombos no Estado de Grão Pará. Pesquisadores tem elaborado a tese de estratégias de “aquilombamento” do povo negro. Essa tese é adotada pelo ITERPA nos termos seguintes;

[...]. Os quilombos eram constituídos por negros resistentes à escravidão, mais do que isso, negros que buscavam a inserção social, a cidadania. Muitos quilombolas estabeleciam relações econômicas com os demais atores sociais, portanto, permaneciam nos arredores dos povoados, constituindo-se como parte daquela sociedade. (ITERPA, 2009, p.20).

As noções de quilombo, aquilombamento e aquilombado¹² possuem diversas interpretações que tem mudado significativamente como destaca Almeida (2011). O

¹² Almeida (2011, p. 40 e 41) refere-se ao jurista Perdigão Malheiro e aponta algumas bases jurídicas e destaca a lei Sancionada no Maranhão. “De acordo com a Lei nº 236, de 20 de agosto de 1847, sancionada pelo Presidente da Província do Maranhão, Joaquim Franco de Sá, tem-se o seguinte: 41 “Art.12 - reputar-se-ia escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas. vizinho, ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho.”

movimento político aborda o quilombamento como próximo de lutas por autonomia e liberdade.

As nossas lutas são contínuas e desafiadoras, pois inúmeros processos de supressões, ameaçam nossa existência, as tentativas de extinguir a nossa sociedade étnica continuam a todo vapor. Estamos em pleno século XXI, mesmo com muitos direitos assegurados por leis, o “nosso” Chefe de Estado insiste em dificultar a nossa sobrevivência, o acesso às políticas públicas estão cada vez mais longínquas, de forma que não atendem as nossas especificidades, e o nosso povo em nossos territórios não gozam de seus direitos à liberdade, equidade socioeconômica e ambiental, como rege a Carta Magna de 1988.

Contudo as perseguições foram apenas fomentadas por este governo, e somos obrigados a conviver com ameaças constantes, pois os;

Conflito de terra; Falta do título da maioria das terras quilombolas; Precariedade ou ausência de políticas públicas nas comunidades; Assassinato e prisão de lideranças quilombolas; Ameaça de retrocesso na legislação sobre titulação de terras quilombolas; Racismo; Criminalização das lutas quilombolas pela mídia; Preconceitos contra crianças quilombolas nas escolas; Falta de educação contextualizada para os quilombos; Manipulação de informações, levando a conflitos internos nas comunidades. (CESE, 2016. 16)

Esses desafios ancoram as nossas lutas, tornando-as cansativas e desestimulantes, resultando em desistência e encapsulamento com expressão de acomodação de muitas lideranças, transfigurando-nos a vulnerabilidade e descasos de uma sociedade elitista/opressora. Pousamos hoje neste cenário político que nos exige resistência e persistência, ou o pouco que nos resta será subtraído ainda mais, pois a extinção de nosso mínimo de dignidade se avizinha, e muitos dos nossos já tomaram em defesa de dias melhores para a nossa população e os que ficaram encontram-se extenuados das lutas historicamente travadas, muitas delas por direitos já assegurados, mas não alcançados e até negados explicitamente. Este panorama se agrava com o assento na cadeira presidencial deste (des)governo parcial e insensível que não mede esforços para retirar os últimos direitos que nos restam, que foram conquistados com tantos esforços e dedicações.

Assim sendo, temos nossos direitos minorados e a mercê do aniquilamento, dado que as ameaças que são frequentes, nossos territórios encontram-se ameaçados por grandes devastações não só de direitos sociais como ambientais, são construções de hidrovias, ferrovias, hidrelétricas, invasão e sobreposições ao território, situação está que vão além de danos ambientais, como também de nossos direitos a vida em ambientes sustentáveis e

saudáveis, enfim tudo se encaminha para resultados nada favoráveis a consolidações de nossos direitos territoriais, étnicos, ambientais, sociais e culturais.

O anúncio desses megaempreendimentos que vêm para “desenvolver” o Estado, tem um significado de retrocesso para os povos e comunidades tradicionais que vivem nesta região. O desenvolvimento para o capital estrangeiro é declínio para nós, considerando que muitos desses impactos são irreparáveis não só em nossos meios naturais, como também sociais, pois teremos que nos adequar a realidade que nos é imposta e que mudam nossos ambientes, nossos modos de vida, locais sagrados, hábitos e costumes ancestrais, oralidade, práticas de saberes e conhecimentos tradicionais, sofrendo duramente apagamentos por influências externas como já vem acontecendo desde quando nosso povo negro fora trazido a força para ser escravizado neste país.

A partir desses inúmeros acontecimentos que se configuram desde o século XVI com as ações do tráfico negreiro até os dias atuais, somos obrigados a adotar mecanismos e estratégias de resistências, para a defesa de nossa sobrevivência e existência neste país. Logo da formação e especialmente do reconhecimento dos quilombos surgiram outras necessidade inclusive a de constituir associações, lutar pelos **títulos coletivos** (Anexo 06) para assegurar nossos direitos aos territórios, uma das maiores estruturas de proteção e defesa dos nossos direitos fundamentais assegurado e garantido através do art. 68, do Atos das Disposição Constitucionais Transitórias que reza: “Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a prioridade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Regulamentado pelo decreto Dec. 4887/03, “[...] o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas”.

Apesar de termos esse direito garantido este não está consolidado, não estamos isentos de ameaças constantes ao nosso maior patrimônio, depois de nossas vidas que são os nossos territórios pois dependemos dele para sobreviver, outros espaços são adaptáveis mais não estarão nossas raízes como estão em nossos ambientes nato, nos quais nascemos e vivemos, criamos e recriamos nossas essências de resistência.

Haja vista que todas as medidas cabíveis precisam ser adotadas para que possamos viver em ambientes sadios e livres de ameaças, portanto, atualmente, temos a necessidade de lutar e construir outros mecanismos de proteção e defesa de nossos territórios. Considerando que todas medidas são adotadas para que essa barreira de proteção não se rompa, como outras ameaças se manifestam, cabe a nós traçar novas estratégia, para que impactos previstos por

empreendimentos de diferentes proporções sejam evitados o quanto antes para que a nossa população não sofra graves consequências, como as que já passamos, destacando aqui a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí que até os dias atuais sobrevivemos com os impactos causados a nossa sobrevivência.

Baseado nestas problemáticas estamos atualmente na comunidade trabalhando a construção desta nova ferramenta jurídica de proteção e defesa do território que consiste no Protocolo de Consulta, que visa o respeito ao direito a Consulta Previa, Livre, Informada e de Consentimento, baseado na convenção 169 da OIT, tratado internacional do qual o Brasil é signatário. Neste sentido, prezamos que nossos direitos fundamentais compostos não somente no art. 6º, mas, nos demais contidos nesta Convenção e outras leis sejam efetivados, para que possamos acessar nossos direitos às políticas públicas com qualidade na educação, saúde e infraestrutura, respeitando as nossas especificidades e autonomias, para que possamos tomar nossas próprias decisões.

Portanto, neste documento aspiramos romper “a doutrina da integração”, temos nossos modos de vida, e costumes para desenvolvermos nossas atividades econômicas e culturais de forma soberana. Não precisamos ser integrados e nem disciplinados, queremos que as nossas diferenças e especificidades sejam respeitadas, as políticas públicas a nós destinadas, sejam adequadas a nossa realidade e não nós a ela.

3 PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E ETNODESENVOLVIMENTO DO QUILOMBO

Segundo Evandro Santos, no século XVIII, formaram-se “os quilombos de Mola no município de Cametá, quilombo de Icatu e Paxibal, quilombos esses que serviram de referência para a formação de outros menores na região banhada pelo rio Tocantins” (SANTOS, 2003), argumento que já foi comentado antes com base em Moraes Pinto (2001).

A região foi povoada pelo povo negro escravizado que veio refugiado dos canaviais dos municípios de Cametá e Igarapé Mirim no Estado do Pará, de acordo com o relato do sr. José Maria de Oliveira Brito (Entrevistado do I Tempo comunidade em 2016)

[...] os mais antigos contavam que muitos anos atrás, logo após a chegada dos negros refugiados, vieram também outros povos: descendentes de turcos, alemães e portugueses, eles vinham vender mercadoria, e também se instalaram na comunidade, tornando-se grandes proprietários de terras, pois a comercialização era realizada em formas de trocas, o comerciante indagava/investigava os bens/terras, que as famílias tinham e cediam mercadorias as mesmas, quando não tinham mais condições de pagar, o comerciante pegava suas terras como forma de pagamento e também negociavam outras pequenas áreas de terra com mercadorias e assim se tornaram uns dos maiores proprietários de terras na comunidade mais antes deles

quando o povo negro chegou aqui, já se encontrava ocupada pelos indígenas, que após chegada dos negros acho que foram embora [...]

Contudo seus descendentes vivem conosco, considerando o relato de uma entrevistada nos tempos comunidade, destacando que “este sangue” corre também em minha veia, pois minha bisavó materna era indígena e os paternos negros, portanto, ambos contribuíram para a povoação deste quilombo.

3.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO QUILOMBO DE ICATU

A comunidade dispõe de duas associações - Associação Remanescente de Quilombos São José de Icatu CREQSJI e Associação dos Pescadores São José de Icatu Quilombola APSJIQ, a primeira dispõe de um prédio próprio, com uma gestão definida (Diretoria, conselho fiscal e Assembleia geral), regida por sua legislação própria (Estatuto e Regimento interno), a segunda, é composta pelo mesmo organograma tanto de gestão quanto legislativo com sócios quilombolas e agregando (outras comunidades tradicionais), complementamo-nos também com outros grupos sociais internos¹³ fortalecidos. Neste sentido estamos contemplados pelo art. 1º da Convenção 169 da OIT, que reza;

Art. 1º - a) povos tribais em países indeterminados cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou legislações especiais. (Convenção 169 OIT, pag. 15).

Destacando que as duas associações foram criadas com objetivos comuns e ao mesmo tempo distintos, um define-se com fins lucrativo outra não, a CREQSJI, considerada a Associação mãe. criada para atender as necessidades gerais de seus associados e sem fins lucrativos, e a APSJIQ, objetivando atender uma demanda específica, que são dos quilombolas que sobrevivem da pesca, que antes da criação desta associação, eram vinculados a uma associação de pescadores situada na cidade, com inúmeras dificuldades de acesso e dialogo, logo, optaram por protagonizar sua própria história. Também existe a delegacia sindical vinculado ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais que também está situado na cidade. Não existe conflito algum entre as duas, ao contrário, ambas se fortalecem com grande respeito entre si, até porque o que muda são apenas as finalidades; destaca-se que os associados são os mesmos. Portanto, as estratégias adotadas por este grupo étnico são formas encontradas para obter maior controle sobre suas tomadas de decisões (situação impossível na representatividade situada na cidade), com objetivos comuns que consiste em facilitar os modos de acessos aos benefícios sociais desta política, com maior transparência e com autonomia, visando a melhor forma do bem viver.

¹³ Essa parte em especial faz parte do nosso Protocolo de Consulta que se encontra em processo de construção desde 2019

Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu – CREQSJI

A Associação da Comunidade Remanescente São José de Icatu foi fundada no dia 13 de dezembro de 1992. A ideia para a criação da fundação da associação foi do senhor Climério Rosa Rodrigues que de início foi fundada como uma associação de moradores e que teve como primeiros diretores as seguintes pessoas: Climério Rosa Rodrigues (presidente), José Antônio Farias Dias (vice-presidente), Domingos Flávio Lopes Farias (1º secretário), Maria das Mercês Leite da Igreja (2ª secretária), Bento Farias Igreja (1º tesoureiro), Francisco Oliveira Paes (2º tesoureiro), Lourença do Socorro Dias dos Santos (diretora social), Domingos Aquino Neris Rodrigues (diretor de ensino), Alicio Portilho Gomes (diretor de agricultura), Norberto Pereira Ferreira (diretor de imprensa e divulgação), Manoel Raimundo Lopes de Farias (departamento de ecologia e meio ambiente). O conselho fiscal era formado por: Aureliano de Jesus Rodrigues, José Maria Pinheiro e Lino Pedro Lopes (titulares) e Domingos Agostinho da Silva Barros, José Maria de Oliveira Silva e Floriano Lopes Farias (suplentes).

Com a fundação da associação a comunidade organizou-se socialmente e fortaleceu-se, de tal maneira, que ao longo dos anos obteve várias conquistas, dentre elas: O Barco Motor São José, projeto de criação de galinha caipira, aquisição do terreno para a associação, o acesso ao crédito bancário para os agricultores através do FNO (Fundo Nacional Constitucional do Norte) pelo do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e através do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) pelo do Banco do Brasil (BB), Grupo gerador de energia elétrica e televisão comunitária, ampliação da vicinal que dá acesso à rodovia estadual PA-151.

Através da CREQSJI, também, foi possível ter acesso depois de muitas reivindicações com outros movimentos sociais da região, a partir dos anos 2000, a implantação da energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHT, através do Programa Luz no Campo, construções do primeiro trapiche público na comunidade, da sede da associação, do barracão da olaria, da segunda estrutura da caixa, do segundo trapiche público na comunidade, da terceira ponte do igarapé Icatu.

Com a conquista da titulação de reconhecimento de comunidade quilombola junto ao ITERPA em 28 de maio de 2008, da certidão da Fundação Cultural Palmares em 07 de fevereiro 2011, a comunidade teve acesso à política de habitação do Estado, assim contemplada com um conjunto habitacional de 50 unidades habitacionais em 2010, cheque moradia, crédito cidadão através do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), segundo micro sistema de abastecimento de água, padaria Fruto da União, construção da quarta ponte sobre

o igarapé Icatu, abertura do ramal de acesso a estrada de Bracinho de Icatu, Pirateua e Craval, ampliação da rede de energia elétrica da comunidade oriunda da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ampliação e aterramento da vicinal que dá acesso à rodovia estadual PA-151, aquisição da linha telefônica residencial instalada na cidade de Mocajuba da operadora TELEPARÁ (Telecomunicações do Estado do Pará), aquisição do telefônico público da operadora OI e internet por fibra ótica e satélite. 7

Associação dos Pescadores Quilombolas São José de Icatu - APSJIQ

Vinte anos depois foi criada a Associação dos Pescadores e Pescadoras quilombola de Icatu¹⁴ reuniu-se em 2012 com 19 (dezenove) pescadores onde foi escolhida uma comissão provisória formada pelo seguinte organograma conforme citado acima: presidente, secretária e tesoureiro.

Em 2013 foi feita a primeira assembleia geral para fundação da Associação que na época era formada por 108 (cento e oito) pessoas associadas. E na assembleia de fundação foi eleita a primeira Coordenação da Associação dos Pescadores e Pescadoras São José de Icatu Quilombola (APSJIQ), sujeito a renovação de acordo com os regimes estatutários. Atualmente (2020) encontra-se composta por 150 pescadores e pescadoras quilombolas associados (as). O objetivo da Associação incluiu como pauta assegurar os direitos dos quilombolas ao seguro defeso com base no Programa Brasil Quilombola (PBQ). Esses benefícios e outros direitos devem ser garantidos, devido nós termos sido atingidos diretamente com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí¹⁵.

A pesca e agricultura são atividades praticadas e valorizadas pelos moradores do quilombo e que foi prejudicada pelo impacto da UHT. O nosso povo sempre teve sua soberania alimentar baseada na pesca, agricultura e extrativismos, plantamos nossas roças na terra firme e nas ilhas, onde fazemos a troca e venda desses produtos com outras comunidades, herança essa deixada pelos nossos antepassados. Portanto queremos dizer através do nosso

¹⁴ Ao longo do rio Tocantins a categoria de pescadores, tanto os que vivem à jusante e à montante foi afetada pela construção da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí e mobilizaram-se para realizar denúncias, reivindicações junto a Eletronorte. Essa mobilização foi acompanhada pelos pescadores de São José de Icatu mediante o associativismo.

¹⁵ No caso as pessoas que estiverem respaldadas de documentos quilombolas da nossa organização, e com a declaração de atividades pescador (as) e agricultores (as), espera-se que funcionários do INSS (e outros funcionários públicos) sejam conhecedores e respeitem os direitos dos pescadores e agricultores quilombolas que são garantidos no Programa Brasil Quilombola, baseado no Decreto 6261/2007, portanto contemplados com *seguro defeso, auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria*.

protocolo de consulta para todos os órgãos do governo, mais precisamente para o INSS e as agências regionais, que nosso povo já nasce no seio familiar como agricultor (a), pescador (a) artesanal, caçador (a), e não cabe em nenhum momento os funcionários destes órgãos nos julgarem e fazerem passar por constrangimentos com tantas perguntas por se tratar de uma comunidade quilombola.

Delegacia Sindical de Icatu:

A Delegacia Sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mocajuba foi implantada na comunidade quilombola São José de Icatu no dia 06 de janeiro de 1998 com apenas 18 (dezoito) sócios. No dia da cerimônia da implantação da delegacia sindical na comunidade houve a presença dos diretores do Sindicato da sede do município, sendo eles: Nelson Meireles Barroso (Presidente), Manoel dos Prazeres Marques (Vice-Presidente), Jurcilene Alves Cota (1ª Secretária) e Manoel Raimundo Lopes Farias (2º Secretário).

A delegacia do Sindicato Rural de Mocajuba foi implantada com o objetivo de fortalecer a entidade na comunidade e garantir os direitos do trabalhador rural. A entidade chegou a associar 137 sócios e também agregava os trabalhadores rurais de Bracinho de Icatu, Craval, Campinho e Sertão Miri. Esta delegacia sindical de Icatu luta também para assegurar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais garantidos no Programa Brasil Quilombola¹⁶ para que possa facilitar o acesso aos benefícios para o nosso povo, sendo: auxílio maternidade, auxílio doença, benefício por invalidez, benefício da LOAS (Lei Orgânica Assistência Social) e aposentadoria por idade.

A primeira equipe que assumiu a delegacia sindical de Icatu era formada por Francisco de Oliveira Paes (delegado), Floriano Lopes Farias (suplente de delegado), Antônio Crisóstomo Neris Rodrigues (1º secretário), Terezinha de Jesus Souza Estumano (2ª secretária), Bartolomeu Lopes de Farias (1º Tesoureiro) e Élson José Lopes de Jesus (2º tesoureiro). Atualmente a delegacia sindical do Quilombo de Icatu é composta com apenas dois diretores, sendo: Ana Glória de Oliveira Silva (delegada) e Bartolomeu Lopes Farias (tesoureiro). Esse processo de redução se deu, pela formação de outras entidades, ofertando os mesmos serviços e com maiores disponibilidades.

¹⁶ Consta também o Plano que é base da Agenda Social Quilombola, através do Decreto 6261/2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania.

INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS EXISTENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ICATU

Igreja Católica

O catolicismo na comunidade começou com a devoção ao São José que teve seu início aproximadamente em 1903 como santo de devoção da família Gonzaga Igreja. No começo as devoções eram feitas através de um grupo de oração, com ladainhas, posteriormente foi intitulada como Irmandade de São José, em seguida reconhecida como Comunidade Eclesial de Base-CEB em maio de 1969. Atualmente, é conhecida como Comunidade Cristã (C.C.) e vem desenvolvendo suas atividades religiosas com cultos dominicais, terço dos homens na segunda feira, encontro de jovens terça feira, Círculo Bíblico na quarta feira, adoração na quinta feira, catequese para os adolescentes na sexta feira, catequese para as crianças no sábado, visitas aos dizimistas e as pessoas idosas da comunidade no sábado.

No mês de março é realizado o Tríduo em honra a São José, no período da Semana Santa acontece a celebração da paixão e morte de Cristo; no mês de maio acontece a reza Mariana em homenagem a Santa Maria; em setembro é realizado a festa de São José padroeiro da comunidade, em dezembro realiza-se as celebrações de Natal. Ainda, mantem-se a tradição de celebrar em outras comunidades, tanto do Distrito São José e em outros Distritos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do município de Mocajuba-PA e outros municípios.

É constituída através do Conselho Pastoral Comunitário formado por primeiro(a) e segundo(a) articulador(a), primeiro(a) e segundo(a) secretário(a), primeiro(a) e segundo(a) secretário(a), primeiro(a) e segundo(a) tesoureiro(a). Além disso, formado juntamente pelas pastorais da liturgia, da catequese, da criança, do dízimo, da juventude, do batismo e do círculo bíblico.

As celebrações são realizadas pelas pastorais e acompanhado pelo Ministro Extraordinário da Eucaristia que existe na comunidade, onde no primeiro domingo de cada mês celebram as pastorais da catequese e da criança, no segundo domingo as pastorais do dízimo e do círculo bíblico, no terceiro domingo pastoral do batismo, no quarto domingo pastoral da juventude e no quinto domingo do mês quando existe é celebrado pela pastoral da liturgia.

Igreja Adventista do Sétimo Dia

A “Igreja Adventista do Sétimo Dia” foi implantada oficialmente na comunidade quilombola São José de Icatu em julho de 2019 quando se converteram e foram batizados o senhor José Miguel Brito de Souza e sua esposa Maria Oleia Rodrigues Gomes. O batismo do

casal aconteceu nas águas do Igarapé Icatu, na propriedade do senhor Nerivaldo Brito Souza, com a presença do pastor André. A aproximação para a implantação desse segmento religioso na comunidade se deu a partir do ano 2015, quando a família do senhor José Miguel Brito de Souza passou a assistir o canal de televisão “Novo Tempo”.

Na atualidade apenas a família do senhor José Miguel Brito de Souza participa desse segmento religioso na comunidade e o ponto de oração/pregação é na sua própria residência. Congregam aos sábados no Templo Central na Cidade de Baião. No quilombo acontece o encontro chamado “Pôr do Sol” todas às sextas-feiras à tarde das 17h30min às 18h30min para receber o sábado que é o dia de adoração ao senhor.

A congregação respeita as demais denominações religiosas existentes no quilombo e somos também respeitados pelos outros segmentos religiosos. O grupo religioso tem um grupo de estudo chamado “Lições da Bíblia”, que serve como guia da palavra de Deus. Esse estudo acontece na comunidade de Icatu na residência familiares, contando que as pessoas tenham interesse em participar do estudo. Este grupo religioso é bastante ativo na participação nos movimentos sociais e culturais do quilombo.

GRUPO SOCIAIS/CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU

No Quilombo de Icatu existem vários grupos sociais/culturais, sendo: Grupo Folclórico os Seguidores de Zumbi, Grupo Cultura Viva, Grupo de Mulheres Quilombolas Flor da Roça, Grupo Juventude Quilombolas, GTQ- Grupo de Trabalho Quilombola, Grupo Junino Alegria Quilombola e Frutos do Quilombo.

Grupo Folclórico Os Seguidores de Zumbi

O “Grupo Folclórico Os Seguidores de Zumbi” foi criado no dia 30 de novembro de 2002 pelo professor Domingos Flávio Lopes Farias, cujo grupo é coordenado por ele. Este fez sua primeira apresentação na data em que a comunidade recebeu o título de reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombos, título concedido pelo governo do estado através do ITERPA (Instituto de Terras do Pará). O nome do grupo folclórico homenageia Zumbi, o líder mais famoso do maior quilombo que existiu no Brasil, o “Quilombo dos Palmares”. Zumbi é considerado como o grande herói negro e ele simboliza para os negros e seus descendentes a resistência e a luta pela liberdade.

O objetivo do grupo é assumir, reconstruir valores, desenvolver as tradições populares da comunidade, resgatar e manter as manifestações da cultura negra deixada pelos

nossos antepassados e também valorizar a cultura afro-brasileira em geral, tais como: o samba de cacete, a capoeira, o batuque, o ganzá, as músicas de identidade negra, músicas em homenagens, etc. Visando também resgatar outras manifestações culturais da comunidade como a passeata (uma antiga brincadeira realizada pelo falecido senhor Raimundo Correa no período da festa de São José, o padroeiro da comunidade). E visa também resgatar as brincadeiras de roda, as músicas populares infantis, as diversas brincadeiras que fazem parte da tradição da comunidade, como, por exemplo, a brincadeira do raspa (uma brincadeira realizada antigamente entre nós quando éramos crianças no período da Semana S

anta) e outras brincadeiras populares, como a brincadeira de pião, a brincadeira de perna de pau, brincadeira de carrinho feitos artesanalmente pelas próprias crianças, entre outras, através das práticas cotidianas e através de cursos e oficinas.

O propósito do grupo folclórico também é integrar a comunidade para desenvolver a capacidade de expressão das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos adultos. Ampliando com isso o contexto de socialização e estimular também o potencial criativo do indivíduo como exercício de valorização pessoal, cultural e de cidadania. Os Seguidores de Zumbi não têm data específica para se apresentarem. Contamos com suas apresentações feitas em qualquer manifestação cultural na qual são convidados. O grupo folclórico desenvolve entre suas das principais danças culturais, samba de cacete, dança da farinhada, da moçada, da brincadeira de fogueira, da feijoada, do maçarico, carimbó, siriá, do pião, entre outras danças.

Grupo Cultura Viva

O Grupo Cultura Viva foi formado no ano de 2017 com proposta de reconstruir a história dos nossos antepassados através das manifestações culturais vivenciada na comunidade, pois faz-se necessário essa reconstrução em contraposição ao sistema dominante que historicamente tenta nos silenciar com seu poder a nossa história real. O principal objetivo do grupo é trazer através da musicalidade e da dança as manifestações criadas e vivenciadas pelos nossos antepassados em respeito à nossa identidade, lutas e resistência.

O samba de cacete é uma das principais atrações apresentado pelo Grupo Cultura Viva, pois trata-se de uma dança de identidade negra com ancestralidade africana. Outra musicalidade apresentada pelo grupo é o carimbó, que também faz parte da cultura da nossa região, ressaltando que o grupo já compôs várias músicas para enriquecer o nosso repertório. O Grupo Cultural, usa em sua metodologia, estratégia para incluir crianças, jovens e a experiência dos mais velhos, haja vista que todos são sujeitos fundamentais nesse processo de

reconstrução de identidade quilombola. por tanto tem como proposta em seu planejamento trabalhar com as crianças do quilombo de 05 a 12 anos através de oficinas para fabricar e tocar os instrumentos musicais.

Os instrumentos utilizados pelo grupo são feitos de materiais aproveitados da natureza, o tambor é feito de madeira oca ou palete, couro de boi, bode, entre outros. Para bater o tambor usa-se as mãos e o cacete, outros instrumentos utilizados são, o maraca, que é feito da cabaça do coco e missanga, o ganzá é feito de embaúba, uma espécie de madeira oca extraída da mata e missanga, o agogô é fabricado do ouriço de castanha do Pará. Os materiais utilizados para a fabricação desses instrumentos são, cola, parafusos, serra circular, serrote, martelo, alicate, torno de madeira para prender o couro, aro de ferro, serragem de madeira, nylon (náilon), etc.

O Grupo começou com 12 integrantes sendo, 11 homens e uma mulher, hoje o grupo conta com 15 integrantes, 02 mulheres e 13 homens, os ensaios do grupo ocorrem duas vezes ao mês, caso haja uma apresentação acontecem ensaios extras antes das apresentações.

O grupo já se apresentou em várias localidades do município de Mocajuba, tais como, Bracinho de Icatu, Tambaí-Açu, Campinho de Icatu, Porto Grande, Escola Polo São José de Acapu, na Praça Nossa da Conceição/ sede do Município de Mocajuba, Polo Universitário de Mocajuba (UFPA), estúdio Rádio Cidade, Comunidade Cristã São Benedito Cidade Nova, Comunidade Cristã Nossa Senhora Aparecida Bairro Novo, na Comunidade Quilombola de Calados no município de Baião-PA, em Vila do Carmo município de Cametá-PA.

Grupo de Mulheres Quilombolas Flor da Roça

O Grupo de Mulheres Quilombolas Flor da Roça, surgiu no ano 2008 com a ideia de haver uma organização social das mulheres da comunidade para o trabalho em mutirão. Após a criação, nas conversas nos mutirões foram surgindo outras ideias e estratégias, com base nas ações que estivessem afetando as mulheres na comunidade, como por exemplo, a violência contra a mulher e fortalecer a sua autonomia financeira através de atividades desenvolvidas por elas como fonte geração de renda.

O Grupo de Mulheres Quilombolas se fortaleceu e com um novo horizonte em 2010 com o trabalho social desenvolvido pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), na época da construção, através da Assistente Social da empresa a senhora Nágela Salomão Noronha. Atualmente o grupo está constituído por 18 (dezoito) mulheres fortes e guerreiras.

A partir do ano 2011 o Grupo de Mulheres passou a ter apoio da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), que passou desenvolver atividades com as

mulheres, como: Palestras relacionadas à agricultura familiar, sobre piscicultura, sobre produção de hortaliças, sobre produção de mudas e plantas frutíferas e plantas medicinais e plantas nativas da região, palestras sobre como acessar projetos para desenvolver atividades de geração de renda e palestras de fortalecimento de organização social (gerenciamento e empreendedorismo).

A APACC desenvolveu também com as mulheres oficinas e cursos sobre produção de doces e salgados feitos a partir das frutas do território, como: doces de castanha do Pará, chip de banana, chip de macaxeira, pizza de macaxeira, bolos caseiros de macaxeira, entre outros. O Grupo de Mulheres Quilombolas Flor da Roça conta com apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Instituto Federal do Pará (IFPA). E conta também com o apoio dos discentes quilombolas da UFPA e outras universidades e de outros grupos sociais da comunidade.

Grupo de Jovens Quilombolas

O Grupo foi formado em 2017, com o objetivo de fortalecer a juventude das comunidades quilombola do município de Mocajuba para debate e demandar políticas públicas e combate à desigualdade social e racial, formação essa que resultou em vários encontros de fortalecimento e na realização do I Fórum da Juventude Quilombola em nível regional da Tocantina.

Grupo de Trabalho Quilombola (GT Q)

O Grupo de Trabalho Quilombola (GTQ) teve início na Comunidade Quilombola São José de Icatu em 2015, com a necessidade de uma organização social mais específica, na luta por direitos fundamentais.

Começou com a reorganização da cadeia produtiva dos agricultores do quilombo, onde surgiu a ideia de criação do PROFAQ – Projeto Fundo Agricultura Quilombola. Neste todos os produtores cadastrados tinham a responsabilidade de doar 10% do valor vendido de cada produto para o fundo, cujo recurso tinha como objetivo custear atividades de desenvolvimento local (Palestras, oficinais e demais atividades).

Com essa ideia este foi o ponto de partida para realizarmos a **I Feira de Economia Solidária** que aconteceu nos dias 24 e 25 de junho de 2016, que teve como objetivo principal dar visibilidade aos produtos que o quilombo produz e que muitas vezes estragam por dificuldade de escoação e até mesmo o baixo custo na comercialização na cidade.

Neste evento, foram realizadas várias atividades como oficinas de artesanatos (gesso e argila/barro, apliques, abajur de garrafa pets e colheres descartáveis, bonecos e outros de tampas de garrafas pets, paneiros de tala de jacitaras) e palestras (Identidade Quilombola, Educação Ambiental, CAR- Cadastro Ambiental Rural, Seguridade Social do Trabalhador Rural, Piscicultura, Horta, Produção de Mudas, Pimenta do Reino, Tutor Vivo (gliricídia). Na Feira tivemos como parceiros SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) do município de Baião, SEDE, EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) do município de Baião, STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) dos municípios de Mocajuba e Baião e UFPA (Universidade Federal do Pará) campus de Cametá, MALUNGU (Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Pará) SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresa).

Em 2017 a partir da perda de uma jovem mulher de 24 anos, mãe de um casal de filhinhos, pescadora, agricultora e lutadora que teve sua vida brutalmente ceifada, iniciou-se uma nova batalha do GTQ, criando assim o **Movimento Resistir Para Existir** em combate a violência contra a mulher negra quilombola. Após esse acontecimento surgiu a necessidade de se trabalhar amplamente o combate à violência contra a Mulher, fortalecimento da juventude e demais lideranças quilombolas no município de Mocajuba e logo após o avanço das atividades com realizações de encontros em nível regional.

No município de Mocajuba houve necessidade de expandir o GTQ para suprir a necessidade do fortalecimento das comunidades quilombolas deste, pois as lutas coletivas encontravam-se fragmentadas. Hoje o GTQ é composto com representação de lideranças das sete associações e nove comunidades quilombolas do município de Mocajuba, que de acordo com as necessidades foi se adequando, realizou-se três encontros de fortalecimento da juventude e lideranças e sete ações de combate à violência contra a mulher.

Grupo Junino Alegria Quilombola

O Grupo Junino Alegria Quilombola foi criado no ano 2018, nome foi escolhido com o objetivo de trazer alegria para o Território Quilombola de São José de Icatu e aos integrantes do grupo, desenvolvendo assim atividades com a juventude, respeitando suas especificidades e para atender as expectativas do povo Quilombola. O grupo realiza o Festival de Quadrilhas Quilombolas e faz desse momento uma integração com outras comunidades quilombolas, tanto das comunidades do município de Mocajuba quanto as do município de outros.

No início sentimos muitas dificuldades para realizar as atividades com os jovens, por falta de verbas e espaços físicos adequados para a nossa organização. Mas com ajuda de amigos, familiares e da coordenação do Quilombo, e com muito esforço realizamos nossa primeira Kizumba Junina e as seguintes. Nossa Kizumba Junina foi realizada no Quilombo de Icatu em junho do ano de 2018 e o grupo até os dias atuais permanece ativo.

No ano de 2019 conseguimos patrocínios, com isso realizamos o Primeiro Festival de Quadrilhas Quilombolas, onde houve a participação de quatro comunidades Quilombolas e com apresentações de três quadrilhas Quilombolas. O grupo além de promover atividades juninas com a juventude e o demais público visa também fazer o resgate de atividades de muito tempo atrás que foram realizadas pelos nossos antepassados. E que Deus e os Orixás nos ajudem para continuarmos levando alegria ao nosso povo quilombola, e que venham pessoas para nos ajudar a continuarmos brilhando muitos e muitos anos. Atualmente o Grupo Junino Alegria Quilombola está sob a coordenação dos jovens Vitor William Portilho Bezerra e Arleyane dos Santos Lopes.

Grupo Junino Futuro do Quilombo:

O Grupo Junino Futuro do Quilombo da comunidade Quilombola São José do Icatu foi criado no ano de 2017 pela senhora Telma Pacheco da Silva para trabalhar com as crianças de 06 a 10 anos, proporcionando a eles alegria e interação, no início mesmo com poucas crianças conseguiu fazer a sua primeira apresentação. Com o incentivo e apoio da comunidade o grupo foi ficando maior, se fortaleceu e já conseguiu levar essa cultura com apresentações em outras comunidades. O grupo tem como objetivo não deixar morrer a nossa cultura e ajudar as crianças a realizarem o sonho de dançar.

Ministério de Música Novo Tempo:

O Grupo Ministério de Música Novo Tempo da Igreja Católica foi formado, em janeiro de 2019, com objetivo de animar as celebrações na comunidade, fazer shows em eventos religiosos, de movimentos sociais e de caçar talentos através do grupo de música religiosa. A metodologia utilizada pelo grupo é fazer descoberta e trazer mais pessoas sendo crianças, jovens e adultos para compor e fortalecer ainda mais o grupo, além de fazer shows na comunidade local, faz também em outras localidades vizinhas e cidade como celebrações e shows culturais. O grupo começou com 06 integrantes hoje possui 12 membros, com ensaios realizados as sexta-feira e sábado à noite, sua coordenação e composta por coordenador geral,

secretário e tesoureiro, em seu planejamento pretende uniformizar todos os membros utilizando camisa representando a cor da comunidade de Icatu.

O Grupo, já fez cobertura de show animando noite cultural no movimento do Conselho Pastoral Rural (CPR) e está à disposição para quaisquer outros eventos como: aniversário, adoração, louvores entre outros acontecimentos que cabe a competência do grupo, a exemplo de eventos sociais. Vale ressaltar que o grupo já compôs música e pretende gravar CD e DVD.

3.2 ESTRUTURA FISICA DO QUILOMBO DE ICATU

Este quilombo tem suas características e estruturas próprias como prédio escolar, igrejas, posto de saúde, casa do grupo de mulheres, acolhida social da igreja católica, dois micros abastecimentos de água, duas sedes sociais, de todas as estruturas físicas a igreja católica, que por sua vez dispõe de uma das melhores estruturas “públicas” na comunidade, com as maiorias de suas pastorais ativas, e duas evangélicas, apesar desse número de igrejas evangélicas, a população deste quilombo é em sua maioria católica.

As estruturas de moradias são na maioria em alvenaria, conquista impulsionada mediante o cheque moradia, estruturas pouco comuns a 20 anos atrás, que predominavam as casas com paredes e assoalhos de madeira cobertas com telhas de cerâmicas, cavaco ou palhas de ubim e inajazeiro, fechadas com casca de arvores em especial a de envireira, miriti ou ripas/paxiba de açazeiros, bacabeira, tucumãzeiro e outras palmeiras, hoje estas estruturas foram praticamente extintas do território.

A comunidade é vinculada historicamente ligada ao Município de Mocajuba, mantendo suas relações políticas e sociais, a escola, posto de saúde e os funcionários públicos são mantidos por este município, temos 30% dos nossos eleitores, para o município de Baião e 70% no município de Mocajuba.

3.3 Base econômica da Comunidade Quilombola São José de Icatu

No relativo à economia do quilombo São José de Icatu é dedicado basicamente a agricultura praticada pelas unidades familiares que desenvolvem os cultivo de mandioca, milho, arroz, jerimum, pepino, melancia, maxixe, quiabo, gergelim, tomate, açaí, cacau, cupuaçu, muruci, banana, pupunha, abacate, manga, jaca, fruta pão, laranja, laranja da terra, lima, limão, limão azedo, limão toranja, tangerina, ingá, mamão, ginja, acerola, goiaba, caju, maracujá, biribá, cereja, cará, batata doce, coco, ajuru, abil, jambo, araticu, conde, pimenta de reino, hortaliças, etc.

Baseado nos conhecimentos tradicionais praticamos o extrativismo vegetal de diversos produtos como: castanha do Pará, açaí, bacaba, bacuri, piquiá, mari, uxi, taperebá, cacau, cupuaçu, cupuí, tucumã, inajá, maracujá do mato, sorva, araçá, jenipapo, caju açu, camapu, mumbaca, jatobá, jutaí, miriti/buriti, miri, caranã, escada de jabuti, timbuí, jacitara, ambé, bambu, ubim, arumã, murumuru, ucuúba, andiroba, amapá, etc)

A pesca de várias espécies de peixes, tais como: curimatá/curimatã, aracu/piau, pescada, tucunaré, ituí, sarapó, mapará, sardinha, branquinha, jandiá, mandií, chimbé, mandubé, acará, caratinga, traíra, jeju, botinho, curuca, tamatá/tamoatá, acari, raia, pacu, piranha, matupiri, João duro, cachimbo de jacaré, jacundá, uéua, ripa, puraqué/puraquê, é fundamental na dieta das famílias e realizada nos igarapés, lagos e no rio Tocantins.

Após a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e algumas práticas de pescas predatórias resultaram no desaparecimento de várias espécies de peixes do nosso rio, igarapés e lagos, tais como: pirabanha, surubim, matrinxã, icanga, sarda, piramutaba, pirarara, pirarucu, jaraqui, corvina, pacu branco, aruanã, carataí, cuiu-cuiu, dourada, piranambu, jaú, curré, chula, etc.

Em nosso rio, igarapés e lagos existem várias espécies de répteis, tais como: jacaré, jacarerana, perema, tracajá, jabuti matamatá, tartaruga, várias espécies artrópodes, como: camarão, caranguejo, sarará.

Em nossa floresta existem várias espécies de caça, como: veado, paca, tatu, cutia, porco do mato, onça, soiá, capivara, mambira, tamanduá, quati, preguiça, preguiça real, quando/ouriço/ porco espinho, macacos, macaco guariba, mucura, jabuti, camaleão, jacurarú, arara, tucano, pitilique, pato do mato, gavião, gavião real, papagaio, surucuvado, cigana, saracura, juruti, rola, jacu, jacamim, inambu, mutum, mergulhão, carão, curucão, arancuã, maguari, jaburu, arapapá, etc. Sendo que algumas espécies de animais desapareceram da floresta, tais como: anta, porco grande/queixada, tatu canastra, jacaré açu, mutum e jacamim.

A extração de materiais para a construção de moradias e outros prédios é realizada em locais próximos da comunidade sendo os mais procurados o seixo, areia, piçarra, pedra e barro.

Da floresta e quintais obtemos, cultivamos e preservamos plantas basicamente as ervas e raízes medicinais, entre as quais listo: ananim, amapá, ucuúba, sucuba, verônica, jatobá, caxinguba, copaíba, andiroba, ipê, pau pereira, carvoeiro, taxizeiro, lacreiro, faveira, quina, canela de velho(a), corda de viola, cipó unha de gato, escada de jabuti, abuta, marapuama, breu branco, buiuçu, mucura caá, japana, erva cidreira, camilitana, urtiga,

chicória, alfavaca, alfavacão, canela, corrente, panamá, vassourinha, oriza, capim santo/saúva, capim limão, cibalena, gengibre, elixir paregórico, jucá, pucá, amorcrescido, anador, pariri, sucuriju, pecaconha, jiboia branca, boldo, são caetano, batatão, caranguejo, curataí, quebra pedra, vergamorta, hortelã, insulina, cânfora, buchinha, maracujá, rinchão, cipó alho, jamacaru/mandacaru, babosa, pau de angola, onze horas, manjerição, vick, canarana, canarana felpuda, arruda, solidônia, esturaque, marupaí, pata de vaca, feijão andu, jambu, mastruz, none, pirarucu, vinagreira, vinca de gato, crista de galo, sabugueiro, goiabeira, cibalena, terramicina, pião branco, pião roxo, maniva de veado, mata pasto, urucu/urucum, rabo de cavalo, mururé, entre as mais usadas.

A economia é parcialmente complementada por alguns benefícios sociais relativos a aposentadorias, seguro defeso, bolsa família e os que formam parte do funcionalismo público).

A agricultura familiar é uma forma de produção, em que predomina a interação entre gestão e trabalho: são agricultores que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar que se evidencia a existência de uma divisão de trabalho familiar, na qual dependendo da necessidade, podem ser buscadas pelos membros da família outras formas de complementação de renda. (LAGES; MALCHER, 2012, 35)

Estas atividades produtivas são realizadas respeitando as limitações e espaços de cada núcleo familiar no território, mas antes os mais antigos realizavam em áreas mais distantes em territórios “vizinho” - entre eles o Quilombo Bracinho de Icatu¹⁷ e Chirola/Sertão Miri por considerarem uma área muito produtiva. Para o transporte da produção utilizam-se de cavalos e bicicleta. Outros carregam os paneiros nas costas, com mais de duas horas de viagem, atravessando campos naturais e igarapés até suas casas.

As atividades ainda são realizadas em regime coletivo em forma de convidados¹⁸ e mutirões¹⁹ principalmente nos primeiros processos que consiste em roçar, derrubar, encoivarar, plantar e capinar. Portanto “se come o que se planta, e se planta produtos básicos para a sobrevivência e comercialização” (LAGES; MALCHER, 2012, 35).

Mesmo em meio a tantas dificuldades a comunidade consegue se organizar para desenvolver suas atividades mantendo sua soberania alimentar em regimes familiar e coletivo,

¹⁷ Essa comunidade surgiu a partir dos moradores do quilombo de Icatu que tinham suas áreas de produção neste local/Bracinho de Icatu.

¹⁸ O dono do trabalho convida as pessoas para o serviço e troca dias com aqueles dispostos a cooperar.

¹⁹ Mobilizado pelos comunitários e todos participam.

pois parte de suas produções são comercializados na própria comunidade com base na economia solidária em forma de trocas tanto de serviços quanto de produtos, e outra parte desta produção é comercializada nas sedes municipais de Mocajuba ou Baião. Frequentemente orientam-se para a cidade de Baião por ficar mais próxima. As motocicletas são o meio de transporte mais usado para escoamentos das produções, pois a comunidade não dispõe de um transporte adequado para essa finalidade.

4 DIREITOS ETNICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A reflexão deste capítulo parte das questões seguintes: Qual é a natureza de nossas reivindicações e de que forma são abordadas pelas “políticas governamentais”? De que forma essas “políticas governamentais”, “políticas sociais” elidem o “fator étnico”, desconhecem o grupo e a etnia e a consciência de sua etnicidade, de sua diferença? Almeida (2011) apresenta no capítulo “Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais” argumentos centrais, a partir da observação de que “processos de rupturas e conquistas levaram a falar de um “Estado pluriétnico” que procede a conferir proteção as diferentes proteções étnicas”. Todavia, essa interpretação de juristas que os movimentos de indígenas e quilombolas apoiam nas suas ações não coincide, pois procede de “princípios gerais” que orientam as políticas públicas. Desse modo as comunidades quilombolas estariam se tornando “beneficiárias” de programas, projetos e planos sendo definidas como público alvo.

Sob um ponto de vista de ênfase nas políticas sociais as comunidades quilombolas estariam se tornando “beneficiárias” de programas, projetos e planos governamentais e passando a serem classificadas como “público alvo” (cf. MDA, folder “Quilombolas”) e/ou “público meta” englobadas por classificações mais abrangentes, que designam os respectivos programas e projetos, quais sejam: “pobres”, “população carente”, “excluídos”, “população de baixa renda”, “população vulnerável” e “desassistidos”. Neste âmbito os quilombolas correm o risco de serem submetidos aos mecanismos gerais destas políticas que privilegiam a iniciativa individual em detrimento do grupo ou da etnia. (ALMEIDA, 2011, 145).

Os quilombolas e suas reivindicações são jogados nas políticas/ações pontuais sob a “égide de políticas governamentais, tais como a política agrária e as políticas de educação, saúde, habitação e segurança alimentar”. Embora, podemos dizer que quando isto ocorre, pois na maioria dos casos, sequer essa política governamental inclui todos os grupos, no fundamental, elide-se violentamente o fator étnico, *a nossa diferença*.

Os quilombolas nos recursamos a ser tratados, reduzidos mecanicamente a “pobres”, tratados como “carentes”, população de “baixa renda” ou na linha da indigência (idem, 149) e as observações que seguem mostram que estes têm sido os princípios e os mecanismos destas

políticas. Se os quilombolas temos como princípio os direitos étnicos e territoriais, estes são sistematicamente ignorados, retirados vilmente.

Com mais de dois séculos de existência, esta comunidade como muitas outras, vem sofrendo com o processo de privação de seus direitos fundamentais a vida humana; luta dia e noite contra todos os tipos de discriminações, preconceitos e racismos, lutas estas que já se alongam e foram travadas incansavelmente por nossos antepassados, e contemporaneamente damos continuidade. Lutas e conquistas que não sejam em vão, em respeito aqueles que morrem na esperança de dias melhores, com direitos a liberdades e uma vida digna, para os que vivem hoje e os que virão futuramente.

Nossos antepassados morreram e não tiveram o privilégio de gozar de qualquer direito, e pelo andar das carruagens nós, também como seus descendentes, vamos partir deste mundo sem ter os nossos direitos respeitados, sem ter a tão sonhada liberdade de viver e decidir o que é melhor para nós. Somos levados a aceitar diariamente o que a *casa grande* manda, pois, as nossas prioridades, ainda são demandadas por eles! Servindo ou não, teremos que ser gratos e encontrar uma utilidade, para tal.

As políticas públicas que chegam a comunidade são em sua maioria descontextualizadas e nunca foram e não são discutidas com os quilombolas, por tanto são impostas. Nada é do nosso jeito, desde as estruturas físicas, quanto as situações operacionais, tanto que a maioria dos cargos ocupados no quilombo resultam de indicações político-partidárias. Assim, não representa a escolha da comunidade, apesar dos profissionais serem em sua maioria do quilombo foi apenas aceito e não demandado por ela. Afirmo por este motivo que seguem os mandos e desmandos de seus “indicadores”.

Estas imposições acarretam vários conflitos tanto internos como externos, por estarem interligados, pois estes cargos finalizam por silenciar lideranças, que poderiam estar contribuindo com as lutas coletivas. No entanto encontram-se com suas necessidades pessoas “supridas”, comungando com a famosa “troca de favores” que resultam numa disputa de poder, cujo objetivo consiste unicamente na promoção individual.

Ações, que de certa forma, acabam atrapalhando não somente o desenvolvimento da comunidade como do coletivo como um todo, fomentando um atraso nas construções de trabalhos cooperativos e compartilhados de desenvolvimento local. Sentimos na pele, essas situações desarticuladoras, principalmente agora com o trabalho que estávamos desenvolvendo de elaboração do Protocolo, pois construir uma ferramenta de luta que dará a comunidade autonomia para tomar suas próprias decisões, é uma ameaça. Desde que a

comunidade virá definir *o que quer e como quer*, nos termos que o Protocolo de Consulta estabelece, “esse documento oficial construído de forma autônoma pela Comunidade deve orientar o governo a fazer a consulta de acordo com as regras e costumes da comunidade”. (GOMES, 2017).

Durante os tempos comunidade do Curso de Etnodesenvolvimento, outras problemáticas também foram destacadas, com relevância significativa, além das situações sociais, as ambientais e as econômicas as quais são realmente uma ancora, pois o sistema estrutural é cruel. Isso se agrava com a situação de localização do território com a dupla territorialidade, pois ambos governos municipais negam-se a prestar assistência. Anos atrás éramos assistidos pelo município de Mocajuba sem nenhuma objeção, atualmente por um levantamento censitário do IBGE, passamos automaticamente a pertencer ao município de Baião.

Situações essas que nos trazem sérias dificuldades em relação aos acessos as políticas públicas de qualidade e de direito em nível municipal. Tanto que a maioria dos benefícios acessados pela comunidade são/foram realizados através de reivindicações diretas às esferas Estadual ou Federal. Nos Municípios temos obstáculos para acessar políticas públicas, exemplos dos vivenciados no acesso – praticamente inoperante - aos serviços básicos de *saúde, educação, infraestrutura e meio ambiente*.

Política de Saúde

A comunidade dispõe de profissionais de saúde temporários, um mínimo de estrutura física e suplementar, medicamentos e equipamento de primeiros socorros. O posto de saúde encontra-se há anos precisando de reforma e ampliação. Contudo, estamos cadastrados em uma Estratégia Saúde da Família – ESF, no Bairro de Monte Alegre, centro urbano do Município de Mocajuba, para onde precisamos nos deslocar sempre que precisamos de qualquer atendimento à saúde. Sabemos do direito de ser totalmente assistidos pelas ações da ESF, com serviços de consulta médica, odontológica, enfermagem, acompanhamento e consultas para crianças, gestantes e idosos (que são prioridade) pelo menos uma vez por semana/mês²⁰, respeitando as especificidades de acordo com as políticas de saúde da população negra. No entanto as maiorias das vezes que precisamos acessar estes serviços, não estão disponíveis, por ausência do profissional na ESF, muitas vezes até mesmo no município.

²⁰ Ponderando que são definidos os dias de atendimentos para as pessoas que moram no meio rural

As famílias do quilombo assim como das demais comunidades, de duas a três vezes por ano precisamos deslocar-se por longas distâncias, com inúmeras dificuldades, até mesmo arriscando a própria vida para realizar o acompanhamento do Bolsa família²¹, a dificuldade é maior, pois as famílias são compostas por, no mínimo, quatro pessoas, e não dispomos de transportes e nem infraestruturas seguras para remanejar estas até o local de atendimento.

Sendo que estes serviços poderiam ser ofertados na própria comunidade sem nenhuma distinção, facilitando a vida das famílias no quilombo, caso houvesse profissional com disponibilidade. Ajuizando que, de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos, destaco aqui a o art. 25 da Convenção 169 da OIT, onde assegura que os nossos governantes deveriam tomar medidas necessárias que garantissem que os serviços de saúde fossem disponibilizados, para que pudéssemos desfrutar de um maior nível de saúde física e mental. (OIT, 1989, p.33). Entretanto, efetivar esses direitos ainda é um desafio e tanto. No disposto no mesmo artigo está expresso que:

Na maior medida possível, os serviços de saúde deverão ser baseados na comunidade. Esses serviços deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos interessados e levar-se-á em considerações econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como seus métodos tradicionais de prevenção, práticas curativas e medicamentos. (OIT, 1989, p.33).

No entanto estes parâmetros não são considerados, para que haja um bom funcionamento das atividades de bem estar na saúde desta população, pois não há um consenso entre os métodos científicos e as práticas tradicionais, pois estas últimas são ignoradas e proibidas, passando por um processo de apagamento, tanto que estão se tornando raros estes serviços como os das parteiras, benzedeiras e puxadores, contribuindo fortemente com a extinção de uma vez por toda destas importantíssimas heranças de práticas e saberes tradicionais, sem considerar que por décadas esses/as herdeiros/as fizeram o papel do Estado salvando vidas, e em algumas situações ainda o fazem, pois se sentem no dever como pessoas humanas de contribuir. O Estado não cumpre na sua totalidade com o seu dever repassando essa responsabilidade de socorrer, aos nossos tesouros humanos vivos, que com seus conhecimentos e práticas ancestrais contribuem muito bem com as situações de saúde e doença em nossas comunidades.

Impasses na Educação no quilombo

²¹ Pelo acompanhamento ser obrigatório, já aconteceu de famílias alugar (tirar praticamente de onde não tinham) um transporte para ir a ESF, e voltar sem o atendimento, sem contar naqueles que se arriscam indo de moto, uma família que tem dois filhos, para não dar duas viagens a cidade, vão os quatro em apenas uma moto, com crianças pequenas e de colo.

A escola do quilombo São José de Icatu, **E.M.E.I. Artur Igreja** encontra-se há anos precisando de reforma e ampliação; alguns materiais didáticos são mantidos no racionamento. A maioria das vezes os professores precisam arcar com os custos financeiros para aquisição de materiais visando ofertar um mínimo de estrutura em suas aulas para seus alunos/as e propor-se a melhorar os resultados nos métodos de ensino e aprendizagem, caso os profissionais queiram que as atividades planejadas sejam realizadas.

Considerando, que a escola se encontra no território quilombola, logo caracteriza-se como uma escola quilombola de acordo com a Resolução nº 08/2012 CNE/CEB, *Art.9º. “parágrafo único: Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola.”*, porém, a escola não apresenta nenhuma característica física ou teórica, que a identifique com tal pertença, nem ao menos em sua nomenclatura tem essa identificação.

Já que o povo ainda se encontra acorrentado, e por inúmeros motivos não se atreve a juntar forças para reivindicar o que é seu por direito, e aproveitando-se desta fragilidade a gestão municipal não fortalece nenhum debate voltado a este tema, apesar de ser uma luta do movimento quilombola, há alguns anos. Nada é feito pelo município para fomentar essa construção, temos necessidade urgente ao menos de uma Coordenação de Educação Escolar Quilombola, que já é uma pauta apresentada à gestão municipal. Todavia não se efetivou, logo todas as atividades que são desenvolvidas nas escolas quilombolas voltados ao fortalecimento de identidades e território são de iniciativas do quadro de profissionais das mesmas, e são arcadas financeiramente por eles. Desconsidera-se o que foi estabelecido na Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), em seu documento final orienta “que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão”:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, 131-132)

Políticas estas reforçadas pela Diretrizes de Base da Educação Escolar Quilombola, a Resolução 08 de 20 de novembro de 2012, o que tem nos dados subsídios, juntamente com a Convenção 169 da OIT, nos debates para assegurar que pelo menos os profissionais que atuam em nossos territórios sejam de nossas comunidades. Estamos na luta por direitos que não são assegurados, mas tudo é desafiador, e tudo se dá nas masmorras da morosidade de um sistema que insiste em retroceder as nossas árduas lutas. Poderia aqui acrescentar informações do Plano Estadual e Municipal de Educação, com uma análise que pudesse enriquecer, informações sobre o assunto em destaque, mas infelizmente até finalizar a edição não conseguir acessar os documentos em questão.

Precisamos muito que nossas políticas de educação sejam efetivadas, já vivenciamos há muitos anos essa educação imposta nos padrões de um sistema eurocêntrico, descontextualizada de nossa realidade. Nossas comunidades quilombolas merecem uma educação que respeite as suas especificidades e fortaleça sua identidade. Chega dessa educação que contribui dolorosamente para o apagamento de nossas identidades, queremos que o governo nos ouça e se esforce, junto com seu corpo técnico da SEMED em adequar-se para atender as necessidades das diversidades que compõem o sistema educacional deste município. Não queremos a padronização como única regra, seguir estruturas urbanas, induzindo o nosso povo a se adequar a estas molduras, criando conflito de identidade, queremos nossas prerrogativas em pautas, com nossas autonomias para colocá-las em práticas,

precisamos dessas adequações, o nosso direito de ser ouvido, que não fique apenas em nossos anseios.

Contudo o que cabe a nós quanto povos da resistência, vamos construindo, mas precisamos que as esferas governamentais também façam vossas partes, para que juntos possamos construir um futuro melhor para o nosso povo, nesta sociedade racista e preconceituosa, que pensam que queremos ser melhores que os outros, mais estamos apenas lutando pelo que é nosso por direito.

Infraestrutura

Nossas estruturas encontram-se em total abandono pelos poderes públicos, estradas, prédios públicos (Posto de saúde e escola dentro do quilombo), sem nenhuma perspectiva de reformas e ampliações, sendo que a necessidade deste serviço é de extrema necessidade para a comunidade. Mas, quando se adentra a LOA (2018) do Município de Mocajuba, os orçamentos estão destinados, em sua maioria, a obras nos centros urbanos, até mesmo o único orçamento, que consta é o voltado para o investimento na agricultura, e que nunca foi investido.

Portanto todas as nossas comunidades dispõem de estruturas em situações precaríssimas, sem salas de aulas dignas para lecionar e estudar, posto de saúde sem estruturas para atendimento, algumas nem posto tem, estradas com as mínimas condições de acesso. Temos muitas dificuldades, principalmente no período do inverno quando as estradas ficam intrafegáveis, com transtorno eminente para acessar os serviços. Encalhamos seriamente no direito de ir e vir, pois, ficamos limitados por falta de responsabilidade na efetivação de políticas públicas, sendo que o município dispõe das máquinas do PAC 1 e PAC 2, que poderiam está sendo usadas para auxiliar no melhoramento das trafegabilidades; elas são usadas apenas nos centros urbanos para coletar lixo.

Além das situações nos casos de doenças o mais desgastante ocorre quando as crianças nas series de anos finais e ensino médio precisam sair da comunidade e acessar o transporte escolar; no período de chuva (invernoso) passam por processos desgastantes, pois precisam andar mais de 5km até a PA 151, ou os pais que tem suas motocicletas levam até este local. Significa desrespeito total aos nossos direitos, considerando a resolução 08/2012 em seu Art. 27, rege.

Quando os anos finais do Ensino Fundamental, o ensino médio, integrado ou não a educação profissional técnica, e a educação de jovens e adultos não puderem ser ofertados nos próprios territórios quilombolas, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades quilombolas e de suas lideranças na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos estudantes na menor distância a ser percorrida e em condições de segurança. (resolução nº 08/2012 CNE/CEB)

Entretanto, estas prerrogativas não são consideradas e há anos vivemos nessa situação. Apesar de termos feito várias solicitações na tentativa de solucionar os problemas, o resultado é nulo; inclusive existe junto a MPE no município um processo judicial em andamento desde 2015 para que essa necessidade de serviços educativos seja suprida, mas pouco tem avançado, pois, as ações do poder judiciário neste município não têm uma contribuição significativa em nossas lutas.

As últimas informações que tivemos na promotoria, que o município já havia realizado avaliações na vicinal para que trabalhos de longa duração fossem efetivados, mas até o presente momento nenhuma sentou com a comunidade para consultar sobre as situações da estrutura das estradas, que no verão apresenta uma característica e no inverno outra totalmente distinta, com trajetos no inverno que aparecem nascentes, formando pequenos córregos e até mesmo igarapés, que no período do verão estão secos e o aterramento das estradas passam sobre eles, inclusive a promotoria cogita a ideia da construção de uma nova via de acesso/estrada, proposta que está fora de nosso consenso, pois entende-se que a melhoria neste acesso já nos é suficiente.

A morosidade na solução da problemática acaba tendo a contribuição da promotoria que tenta nos propor ideias descabíveis, a situação já se alonga durante anos. Por momentos nos encontramos ou sentimos impotentes a ponto de desistir de lutar por esses direitos, em meios a tantos obstáculos. Sobram as desculpas sem sentido, o que se traduz em continua enrolação, sem posição de vir a solucionar a situação, que se agrava com o passar do tempo.

Todos os anos são realizados trabalhos paliativos, que não são suficientes para suprir as necessidades do quilombo, pois não duram um inverno. Então estes períodos são os mais críticos: ficamos isolados sem acesso a serviços de saúde, educação, escoamento de produtos, que tem uma contribuição relevante para o sustento das famílias, entre outras necessidades primordiais a comunidade. A maior aflição se dá quando pensamos nas situações de casos de urgências de saúde, em episódios que o doente precise ser deslocado do quilombo para a cidade, isso tem nos causado muitos transtornos e precisamos de soluções urgentes, pois não há para onde recorrer.

Um de nossos maiores anseios nesta situação é que o poder judiciário atue realmente de fato em prol de nossos direitos; sua contribuição é de fundamental importância para que possamos efetivar nossas políticas, construímos este país com sangue, lágrimas e suor, e não exigimos nada mais que os nossos direitos para que possamos viver com o mínimo de dignidade a vida humana.

Ambientais

Na década de 80 foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, estendendo-se até a década de 90, empreendimento este que resultou em danos irreparáveis para as nossas populações, refletindo até os dias atuais, principalmente na qualidade e quantidade de recursos naturais, com perdas brutais ao nosso ecossistema. Diversas espécies aquáticas, muitas espécies de pescados foram extintas na jusante do Rio Tocantins e seus afluentes, restando um desequilíbrio imensurável que coloca em risco a sobrevivência das populações que aqui vivem.

Pontuam-se os “efeitos da injustiça ambiental” como dizia Dra. Eliane Moreira em pronunciamento em um Fórum Jurídico. O nosso modo de existência expõe a afetação que a natureza também experimenta. Nossas comunidades vivem à mercê de ameaças, dos tiros cruzados, das disputas de poderes que fortalecem o capitalismo. Essas disputas vêm se fortalecendo e expandindo em nossos espaços, atualmente vivemos sobre ameaças de “novos” empreendimentos que virão nos impactar dolorosamente, os governos - Federal e Estadual - desde sua posse vem anunciando a implantação de “novos” progressos como a construção da Hidrovia Tocantins/Araguaia, rodovias e ferrovias.

Essas situações desastrosas ameaçam nossos modos de vida e nossas relações com a natureza, pois para suprir algumas necessidades somos obrigados a avançar barreiras e explorar outros meios, para que possamos sobreviver e sustentar nossas famílias. Cito como situações desastrosas, queimadas descontroladas e criminosas que afugentam: caças e os peixes, estas também acontecem em nossos lagos que servem de moradas para algumas espécies de peixes entre outras espécies aquáticas, contribuindo seriamente com a extinção de nossas espécies florestais, e micro organismos que nessas áreas se encontram e tem um papel fundamental para o funcionamento desta biodiversidade. Os esgotamentos de inúmeras espécies de florestais, está resultando seriamente em exploração de EPL²²(tragicamente o corte e morte das Castanheiras – *Bertholletia excelsa*), que as demais espécies que serviria

²² Espécies Protegida Por Lei

para auxiliar na construções de nossas casa, pontes e suprir outras, foram esgotadas pela exploração desordenadas e inconscientes. Antes o território disponibilizava de muitas arvores dessas espécies/castanheiras. Hoje, por não existir mais madeira com o tamanho médio para exploração, passaram a derrubar as castanheiras, que anos atrás havia um respeito e não eram exploradas.

Temos nosso território sobrepostos por CAR individual²³, de produtores/ empresários que rodeiam as nossas áreas, contando também com exploração dos recursos naturais de forma ilegal como seixo e areia em nossos campos naturais pertencente ao território quilombola. Inclusive já houve ameaça de morte a lideranças por fazer um enfrentamento direto com as pessoas que exploram esses recursos de forma criminosa; a comunidade vem sofrendo com essas perturbações ao meio ambiente.

Ações externas finalizam por influenciar diretamente as ações internas no território, causando um desequilíbrio incontrolado, com perdas de recursos comuns e de formas de gestão coletiva. Neste sentido para atender às necessidades desta comunidade que se encontra encaçada nas violações de direitos e, na tentativa de extinguir os impactos destas problemáticas impostas que comprimem o modo de vida e a dignidade de nossa população, somos impulsionados a optar pela construção do Protocolo de Consulta Previa, Livre, Informada e com consentimento, tendo no P C um instrumento de luta que servirá de subsidio nas defesas e consolidação de seus direitos. Essa é condição para que possamos gozar minimamente de uma vida digna dentro e fora de seu território, pois,

A terra, para os quilombolas, tem valor diferente daquele dado pelos grandes proprietários. Ela representa o sustento e é, ao mesmo tempo, um resgate de memória dos antepassados, onde realizam tradições criam e recriam valores, lutam para garantir de ser diferente sem ser desigual. (Parecer 16/2012)

Contudo persistimos e resistimos, contra tudo e todos que tentam apagar nossa existência, apesar de já estarmos com nossas forças fragmentadas, por termos duramente impactados nossos modos de vidas diretamente por influencias externas; nossas maneiras e formas de nos relacionar uns com os outros estamos cada vez mais íngremes, refletindo seriamente nos cuidados com os espaços que ocupamos.

Nossa luta é incansável para preservar fauna e flora que na íntegra são uma extensão de cada um de nós, portanto todas agressões por elas sofridas reflete duramente em nós, que como um todo são resquícios dos problemas sociais que a comunidade vem sofrendo, logo

²³ Área com monocultivo de paricá (*Schizolobium amazonicum*) de um empresário; infelizmente não obtive informações sobre o tamanho da área que este empreendimento ocupa.

que, as nossas relações vão muito além dos espaços físicos, considerando que nosso território é a nossa identidade, nossa vida, nossos espíritos, nossas raízes, local sagrado e ancestralidade, logo tudo que há nele é parte de nós.

5 RODAS DE CONVERSA NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA

As Rodas de Conversas que foram realizadas no quilombo de São José de Icatu trouxeram falas que valorizaram o Protocolo de Consulta e o comprometimento da maioria dos presentes, lideranças ou não, mais que desde sua posição de fala tem contribuído para a politização em torno desse processo e dos engajamentos que precisam ser concretizados. Elas foram propostas por mim, aprovadas pela direção da CREQSJI e apoiadas por colaboradores já citados - Adhara Abdala, Johny Jiffoni, Dra, Andreia Barreto, Marcos Mota. Em especial, tive o assessoramento do Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura, que além de professor do Curso de Etnodesenvolvimento, estava no quilombo para orientação do Tempo Comunidade. O professor Moura teve a oportunidade de participar de algumas de nossas atividades, inclusive de Rodas de Conversa de apresentação do Cronograma. Entre as entidades, contamos com representação estadual do movimento quilombola no Estado do Pará, a MALUNGU. Também tivemos apoio da CARITAS, FAOR e DPE, nas construções relevante a importância do Protocolo de Consulta Previa, Livre e Informada, para proteção e defesa de nossos territórios.

A construção do Protocolo de Consulta do Quilombo São José de Icatu, é muito importante para todos e não apenas para mim, como estudante como pertencente a este quilombo. Esse documento temos um instrumento de luta contra tudo que possa nos atingir de maneira prejudicial ao nosso povo! No contexto atual em que vivemos é de suma importância que possamos ter e fazer uso desse documento, como defesa de nosso território, nossa cultura, enfim de nossa existência. Rute Helena Dias dos Santos – Secretária da CREQSJI

O Protocolo de Consulta assim como outros documentos que possuímos na comunidade, como o título coletivo, o estatuto da comunidade, o regimento interno, entre outros é de suma importância para nós moradores da comunidade, pois com a posse desse documento faz com que nos dê garantia de que o nosso território está mais protegido contra qualquer empreendimento ou qualquer pessoa ou grupos externos que possam de alguma forma se instalar em nosso território sem que haja autorização ou consentimento para tal. Acredito que esse documento nos fortalecerá e nos dará garantia de proteção ao nosso território para que possamos proteger as pessoas e os nossos bens materiais e imateriais que ainda são de uma certa forma preservados até os dias atuais aos longos desses 250 anos de existência do nosso quilombo. Prof. Domingos Flávio Lopes Farias - Ex- Presidente da CREQSJI

No meu ponto de vista, o Protocolo de Consulta, é importante pelo fato de ser construído coletivamente, isso faz com que seja um documento feito juntos com os sujeitos de acordo com sua realidade. No entanto, para a comunidade é de suma importância haja vista que serve como um instrumento de luta e resistência para servir de defesa em favor do Território de um determinado povo que habita em um espaço conquistado pelos seus ancestrais. Desse modo, Protocolo de Consulta,

também deve servir de arma para defender o Território, isso quando por ventura quiserem implantar qualquer tipo de empreendimento no Território que venha causar impactos diretamente tanto nos aspectos ambientais, sociais, culturais, religiosos entre outros. Nesse sentido, o Protocolo de Consulta é o documento que pode ser apresentado que o povo seja consultado antes de executar qualquer projeto na comunidade. Silvânio Rosa Nascimento - Tesoureiro da CREQSJI

Conforme mencionado na Introdução erigiu-se um obstáculo com a Pandemia da Covid 19, que concentrou tempo e esforços de organização. Ainda, respeitando a medida de prevenção que é o isolamento social não podíamos propor novas reuniões e nem rodas de conversa. O trabalho foi nesse sentido parcialmente realizado, contudo indicamos resultados que apontam para processos em curso de formação para consciência dos direitos quilombolas. Nas Rodas de Conversas, algumas desdobradas como oficinas de trabalho, no sentido de resultados concretos como quadros, narrativas sistematizadas nos permitem indicar elementos avaliativos:

- I. O cronograma de atividades foi construído por um grupo interessados, e apresentado em assembleia, como norteamento sujeito a alterações. A comunidade acompanhou e poderá alterar os elementos que entenda como necessários para atender as suas necessidades. O projeto político de autonomia foi objetivado, ou seja, deixar a comunidade a vontade, para que a ação fosse construída *com*, e não *para* a Comunidade. Este resultado fora alcançado parcialmente.
- II. As oficinas foram realizadas de forma autônoma, com a presença de várias lideranças da comunidade local, e também lideranças de outras comunidades convidadas. Realizamos várias rodas de conversa, em uma delas apenas com a direção da associação e o conselho fiscal, para organização interna. Logo foi comungada as ideias base, para reunir os elementos do cronograma de atividades de acordo com a necessidade da comunidade. Em dois desses encontros tivemos a presença do Vice Diretor da Faculdade de Etnodiversidade Prof. Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura, assim como discentes do Curso de Etnodesenvolvimento, Educação do Campo, Letras, entre outras, nestes foram apresentadas, objetivos, metas, metodologias e cronogramas, com autonomia a comunidade de alterar caso houvesse necessidade. Como previsto, nem foi tudo mantido, as alterações foram realizadas, pois muitas atividades apresentaram limitações e até frustrações. Algumas atividades não foram realizadas por completo e outras remarcadas por várias vezes, e finalizaram por não ser realizadas.

- III. Um dos momentos importantíssimos de nossas atividades, foram as escutas realizadas com os grupos existente no quilombo, onde cada um contribuiu com seus anseios ao documento que está sendo construído, de forma participativa a atividade teve duração de uma semana, realizada com os grupos de Mulheres, religiosos, pescadores, agricultores, escolar e direção geral da associação, nelas cada um apresentou seus mapeamentos de acordo com visões, usando o método de análise de FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameças).
- IV. Passados os primeiros momentos das ações do plano, iniciamos as oficinas de formação, baseada na Convenção N° 169 da OIT, em que objetivou-se embasar toda a comunidade, do que se tratava o Protocolo de Consulta, como instrumento de luta por direito. Onde na roda de conversa sobre o direito a Consulta Previa Livre e Informada tivemos a participação da Mestranda em Direitos Ambientais, Advogada Adhara Abdala, oficina sobre a convenção 169 da OIT, Dra. Andreia Barretos - Defensora Pública no Estado do Pará - DPE, que também teve uma contribuição importantíssima na oficina do passo a passo da construção do protocolo juntamente com o sr. Marcos Mota, membro do FAOR (Fórum da Amazonia Oriental).
- V. Com a ausência da facilitadora, de nossa oficina sobre cartografia social, por incompatibilidade de agenda²⁴, nós mesmo realizamos as atividades cartográficas, onde foram adotadas metodologia simplificadas, para que assim pudéssemos sistematizar as histórias e memórias ancestrais, de nossos pretos e pretas velhas, seus saberes, conhecimentos, vivencia, para construção de um documento com historicidade e respeito ancestral. Assim, muitas das comunidades participaram, e houve envolvimento inclusive dos mais jovens, nesta atividade os que puderam participar, tiveram a oportunidade de se reencontrar com as nossas ancestralidades em uma cronologia incrível. O resultado desta atividade fora de riquíssima experiencia, com energia para lutar e resistir por mais centenas de anos.
- VI. Como nem tudo sai de acordo com os planejamentos, as oficinas sobre Gestão Territorial e CAR Quilombola que seriam facilitadas pela Dra. Andreia Barreto – DPE de Altamira (2019), INCRA e ITERPA, não foi possível realizar-se, também por indisponibilidade de agenda. Essa atividade é uma necessidade de extrema

²⁴ Tivemos esses eventuais problemas por nosso cronograma ter sido montado por nós em nosso tempo e espaços, mapeando possíveis facilitadores, umas tiveram possibilidades de realizar as oficinas outros não.

necessidade da comunidade, tanto que ofícios foram protocolados nas instituições (INCRA e ITERPA) pela própria associação, pois a mesma entende que este tema precisa ser debatido, acredita-se que com estas haverá maior e melhor entendimento para o povo em relação a temática.

- VII. Após cada oficina foram realizadas avaliações das atividades que serviram como termômetro e diagnóstico de entendimento e absorção dos comunitários aos conteúdos apresentados.
- VIII. Dadas as realizações das atividades, iniciamos a construção do Protocolo de Consulta, após a comunidade fazer suas devidas avaliações, no qual avaliou necessário o Protocolo de Consulta, e optou por sua construção, como ferramenta para instrumentalizar a lutar e o fortalecimento na defesa do território. Destacamos que todas contribuições, e compartilhamentos de experiências são muito bem vindas, pois temos sempre algo a aprender que irão somar para melhores e maiores avanços. Então mãos à obra, iniciamos o processo das atividades com um grupo reduzido, buscando estratégias para maiores participações, dos demais comunitários (início do período pandêmico), onde uma delas foi, cada parte reunia-se em grupos nos diversos espaços da comunidade e construíam suas propostas de acordo com suas perspectivas e necessidades. E duas vezes por semana o Grupo de Trabalho montado para estes fins, reunião para digitar as propostas demandadas pelos demais grupos. Nem tanto, com agravamento nos casos de infecções da pandemia gerada pelo COVID 19, novamente, destaco a interrupção de nossas atividades.
- IX. O nosso protocolo está em processo de construção, agora com a parceria muito significativa para nós, com a Caritas, no qual no primeiro encontro que tivemos com a eles já sentimos a diferença, na questão da construção de nosso documento, ainda há muito a se fazer, esperamos em breve estamos finalizando este documento, com a participação de todos. Para que possamos seguir outras etapas em nossas lutas.
- X. Neste contexto, esta comunidade visa assegurar sua autonomia, garantindo que seus direitos a decidir suas prioridades, serão efetivadas, pois o “direito de participar da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam nos afetar.” (GOMES, 2017), é um direito nosso, e o governo precisa respeita.

Vale aqui ressaltar que as dificuldades já citadas atrasaram a sistematização das informações e dados dos trabalhos coletivos nas Rodas de Conversas e dentro delas as

oficinas, assim como reuniões e entrevistas. Os processos interpretativos desses materiais foram em partes conduzidos mediante a leitura de uma bibliografia que tem sido incrementada nos últimos cinco anos sobre as experiências de elaboração de PROTOCOLOS DE CONSULTA PRÉVIA e o direito à livre determinação (MARES et al, 2019; YAMADA, 2019; ROJAS GARZON, et al. 2016) e a teorização sobre papel dos agentes sociais, participação, mediação e mobilização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente dormimos e acordamos com os nossos ambientes cada vez mais degradados, provenientes das ações agressivas e vorazes desenvolvidas para suprir a necessidade do capitalismo, nossos ambientes vêm sofrendo constantemente com transformações irreparáveis, advindas de decisões que são tomadas sobre nossas vidas, sem ao menos termos conhecimentos. Somos vendidos diariamente, em caixotes fechados, tendo nossos direitos à dignidade, a viver em ambientes saudáveis sendo negligenciados, nossos territórios são nossos únicos bens, que jamais deveriam nos ser negada, nem tanto nos são arrancados. Todavia esses, entres outros direitos vêm sendo diariamente sendo infringido.

Nessa disputa de poder, os “nossos” representantes políticos são coniventes com estas desastrosas ações, pois esses empreendimentos de domínios “privados” são implantados em nossos ambientes, com permissões dos estados, essas concessões ameaçam a nossa existência. O “desenvolvimento” do capitalismo, é ecocídio para nós, os estragos são irreversíveis, pois seus únicos objetivos resumem-se apenas nos lucros financeiros. Enquanto o capitalismo estende seus tentáculos a outros domínios, com incentivos fiscal do governo, povos e comunidades tradicionais encontram-se desassistidas pela efetivação de políticas públicas, políticas essas que são intencionalmente deturpadas.

Portanto, avistamos na construção deste Protocolo de Consulta de Consentimento prévio, Livre e Informado na Comunidade Quilombola São José de Icatu um ponto de esperança para fins de proteção do nosso bem maior, que consiste unicamente em nosso território onde estão nossas existências, identidade, cultura, ancestralidades, locais sagrados, onde nossas raízes estão profundamente nutridas e alicerçadas.

Nos encontramos vulneráveis, com series de ameaças, esperamos com este instrumento oficial e autônomo, coibir. Este documento será nossa oportunidade de mostrarmos a todos, principalmente ao governo, que somos capazes de tomarmos nossas próprias decisões, portanto este, expõe claramente quem somos, o que queremos, nossas

ancestralidades, reminiscências históricas e decisões, precisam ser respeitadas, que para atender nossas necessidades precisam respeitar e seguir nossas orientações. Na posição social assumida frente a minha Comunidade Quilombola São José de Icatu, afirmo o propósito de concluir o Plano Ação traçado de finalizar o Protocolo de Consulta e manter atitude de acompanhamento e vigilância junto com a comunidade dos seus lineamentos.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa encaminham pensar as bandeiras de luta do Movimento Social Quilombola, ou seja, é elemento fundamental para que o meu povo se mantenha em nosso território plenamente, com justiça social, como sujeitos de direito, que somos. A luta pelo território, portanto, vai além da luta pela terra, isto é, para se manter com qualidade de vida. Para tanto é preciso ter sentimento de pertença, identidade e nós quilombolas de São José de Icatu, persistiremos na luta por nossos direitos e por dias melhores para o nosso povo e nosso território.

Portanto, encaminhamos condições necessárias para defesa dos modos de vidas, e bem viver do nosso povo quilombola e apontamos questões de dimensão teórica e política para o movimento quilombola, no Brasil e nesta região especificamente: I) Como ocorrem as resistências e as lutas por direitos, diante das transformações na lógica do capitalismo, no âmbito da base produtiva dos nossos territórios quilombolas? II) Por que resistimos/lutamos? III) Quais são as práticas sociais presentes em nossas comunidades que fortalecem ou enfraquecem as nossas lutas, identidade e tudo o que ela representa enquanto projeto humano coletivo? IV) Como os processos de construções dos protocolos de consulta de consentimento prévia, livre e informado têm possibilitado criar mediações de fortalecimento às lutas pelo direito fundamental da vida e de justiça ambiental, ou seja, do nosso bem viver quilombola?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos e as Novas Etnias**. Manaus: UEA 2011.

BRASIL. Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – **OIT sobre povos indígenas e tribais**. Brasília – DF, 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília – DF, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm .

BRASIL. Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 5051 de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção Nº 169 da OIT.

BRASIL. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011 1 v.
<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/convencao-169-OIT.pdf>

CESE. **Fortalecimento do Movimento Quilombola**. ACT ALIANÇ ed. SALVADOR- BA: [s.n.].

DUPRAT, D. “**Convenção n. 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada**”. In: CONVENÇÃO N. 169 DA OIT E OS ESTADOS NACIONAIS, Débora Duprat (org.). Brasília: **Publicação da Escola Superior do Ministério Público da União**, 2015. P. 53-79. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/convencao-169-da-oit_web.pdf.

GOMES, F. S. “**No labirinto dos rios, furos e igarapés**”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, S. XIX-XX, História, Unisinos, V. 10. 2006. P. 281-292,

GOMES, J. **Do que trata a CONVENÇÃO 169, da Organização Internacional do Trabalho**, 2017.

ITERPA, Territórios Quilombolas. Texto, Instituto de Terras do Pará; Organização, Jane Aparecida Marques e Maria Ataíde Malcher. Belém: ITERPA, 2009. 74 p.; il.

LAGES, L.; MALCHER, M. A. F. **Reafirmando Identidades: quilombolas do Pará**. BELEM- PA: [s.n.].

MARÉS, C.; LIMA DA SILVA, L; OLIVEIRA, R.; MOTIKI, C.; GLASS, V. **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação**. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo; CEPEDIS, 2019.

Disponível em: << <https://rosalux.org.br/wpcontent/uploads/2019/08/protocolosde-consulta-web.pdf> >>. Acesso em 14 set. 2020.

MIRANDA, E. R. S. **Dos Mutirões aos Pimentais: a (re)construção das Identidades na contradição Trabalho-Capital, em comunidade quilombola no nordeste paraense**. Dissertação (Mestrado), orientada pelo Prof. Dr. Doriedson S. Rodrigues – Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2019.

MORAES PINTO, B. C. **Escravidão, Fuga e a Memória de Quilombos na Região do Tocantins.** Revista Projeto História. São Paulo, 22. Junho de 2001. P. 333-342.

NASCIMENTO, S. R. **Territorialidade, Identidade e Pertencimento em Comunidade Quilombola do Baixo Tocantins/PA.** Orientadora: Prof. Me. Maria Madalena Costa Freire Corbin. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins, Cametá/PA, núcleo universitário de Mocajuba/PA, 2019.

ROJAS GARZÓN, B. YAMADA, E. M.; OLIVEIRA, R.. **Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.** São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica – RCA; Washington, DC: Due Process of Law Foundation, 2016. Disponível em: <<<https://rca.org.br/wp-content/uploads/2016/08/2016-Livro-RCADPLfDireito-a-Consulta-digital.pdf>>>. Acesso em 14 set. 2020.

SANTOS, E. **Terra de Negro.** Fotografias de Paula Sampaia. – Belém: Programa Raizes, 2003.

UHT. **Usina Hidrelétrica de Tucuruí.**

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pa-atingidos-por-barragens-indigenas-quilombolas-e-comunidades-tradicionais-de-tucuru-i-lutam-por-seus-direitos>. Acesso em 14.03.2021.

YAMADA, E.; GRUPIONI, L. D. B; ROJAS GARZÓN, B. Protocolos Autônomos de consulta e consentimento – guia de orientações. São Paulo: RCA, p. 28-60, 2019. Disponível em: <<<https://rca.org.br/wpcontent/uploads/2019/06/2019-Guiade-Protocolos-RCavers%C3%A3oweb.pdf>>>

ZHOURI, A. et al. **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** [s.l: s.n.].

ANEXOS

ANEXO 1: CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU, MOCAJUBA-BAIÃO/PA.

Ano: 2019 a 2021

ATIVIDADE	MESES												Ano	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Roda de Conversa com apresentação do Plano de Ação			X											2019
Construção de Cronograma de Atividade				X										
Aprovação do Cronograma					X									
Mapeamento de Ameaça								X						2019
Roda de Conversa sobre o Direito a Consulta Prévia Livre e Informada											X			2019
Oficina da Convenção 169 da OIT												X		2019
Oficina de Construção do Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada												X		2019
Elaboração do Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada			X	X										2020
Reunião com Parceira (Caritas)												X		2020
Aprovação do Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada	Aguardando a Vacinação para darmos continuidade nas atividades												2021	

“Respeitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais, é um gesto de dignidade humana”. Dell Brito.

ANEXO 2 - MONTAGEM E APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - RODA DE CONVERSAS E OFICINAS

Foto 01 e 02 – Primeira foto com um grupo montando a Proposta de cronograma de Atividades, com as lideranças: primeiro sentado Rodinaldo Filho (associado), em seguida Dona Maria José Brito (Coordenadora de Articulação da Malungu, Coordenadora do Grupo de Mulheres Flor da Roça, Presidente da Associação de Pescadores – ASPJIQ e Conselho Fiscal da CREQSJI), Vitor Bezerra (Grupo Juventude Quilombola e Coordenado do Grupo Junino Alegria Quilombola), José Narque (Conselho Fiscal da CREQSJI), Floriano Lopes Farias (camisa vermelha no fudo – Presidente da CRESJI), em Seguida Sr. Augustinho (Conselho Fiscal), Silvânio Nascimento (Tesoureiro da CREQSJI). Segunda foto eu/Delma Brito, contribuindo com a montagem do cronograma.



Foto 03 – Primeira apresentação do Cronograma, depois dessa tivemos mais três até te o ajuste mais próximo que a comunidade queria, digo próximo, que nem tudo saiu de acordo com o cronograma montado. Na foto, Eu apresentando o cronograma ao meu lado sentado Prof. Gustavo Moura, em Seguida Vitor (já foi apresentado acima), Ajax Correa. Andrei Santos e Jhonatams Santos (Integrantes do Grupo da Juventude Quilombola, Pastoral da Juventude-PJ e Grupo Cultura Viva), de camisa amarela Silvanio Nascimentos, Rodinaldo Filho (Também apresentado acima), Conceição Santos e Deise Magalhães (Discentes do Curso de Etnodesenvolvimento (ultimas de costa)) entre outro comunitários que não aparecem foto.



Foto 04- Roda de Conversa Sobre Direito a Consulta Previa livre e Informada com a facilitadora Adv. Adhara Abdala (Mestranda PPGPDSTU-NAEA-UFPA) (sentada ao centro ao lado de seu namorado Samir e sua amiga Ingrid, também Advogada), Presença da Comunidades Quilombolas de Tambai Açú - Mocajuba (Primeira Banco direito blusa azul – Ellem Rodrigues, ao lado Prof. Rivaldo Dias do Quilombo de Icatu/Local), Quilombo de

Engenho (Quarto do mesmo lado, camisa vermelha – Prof. Douglas (Presidente do Quilombo de Engenho-Baião/PA), ao lado sua esposa e as Mulheres do Grupo divas do Artesanato do Quilombo de Engenho), e demais comunitários do Quilombo de Icatu.



Foto 05- Oficina sobre Convenção 169 da OIT- Organização Internacional do Trabalho, facilitado pela Defensora Pública do Estado, Dra. Andreia Barretos (Sentada a direita de blusa amarela ao lado de camisa laranja o presidente da CREQSJI).



Foto 06 – Oficina de Construção de Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada. Facilitada por Marquinhos/Marcos Mota – FAOR (segundo na foto sentado a esquerda ao lado da Sra. Maria da Conceição Souza - Agente de saúde e Coordenadora de Articulação da Igreja Católica Local (Calças comprida azul e blusa branca), atravessando na frente, Floriano Lopes - Presidente da CREQSJI, de camisa vermelha liderança de Campinho de Icatu, Odécio Monteiro e de blusa branca e bermuda azul, Dona Sandra Santos – Membro do Grupo de Mulheres Quilombolas Flor da Roça).



Foto 07 – Apresentação de grupo 01 (direita para esquerda – Odécio Monteiro, José Narque, Liduino (Presidente da Associação Quilombola Territorio Terra da Liberdade(Composto por 08 Quilombo) - Cametá/PA), Dona Maria José Brito, José Maria(Meu Pai), Dona Ana Lucia Brito – Membro do Grupo de Mulheres Flor da Roça, Rute Helena dos Santos – Secretaria da CREQSJI e eu), na oficina de Construção do PC



Foto 08 – Grupo 02, na oficina do PC (Prof. Rivaldo Santos (de boné), em sua frente Crislene Brito – Tec. De Enfermagem no Quilombo, ao seu lado o Sr. José Omir-Presidente do Quilombo de Calados- Baião/PA, a sua frente o sr. Clodoaldo Pixuna- Presidente no Território de Bailique (04 Quilombos) - Baião/PA e ao seu lado a Sra Maria da Conceição já apresentada acima).



Foto 08- Apresentação do grupo 03 (direita para esquerda Ajax Correa, Telma Pacheco, Taniela Pacheco(Membro do Grupo Flor da Roça), Sra. Maria José Brito, Tiago Santo (Membro do Grupo Cultura Viva, PJ e Juventude Quilombola), José Marinei (Grupo Samba de Cacete Raiz), Rosivan Lopes (Coord. da PJ, Catequese) e Sr. Renato Nascimento)



Foto 09 - Construção da Linha do Tempo



ANEXO 03 – ATIVIDADES DE REGIONAIS, SOBRE O DIREITO A CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA (ENCONTROS DE FORTALECIMENTOS, RODAS DE CONVERSAS E FÓRUM).

Foto 01 – Encontro de Fortalecimento da Juventude Quilombo, onde uma das Pautas foi o Direito a Consulta Prévia livre e Informada. Presente Juventudes e Lideranças da 10(dez) Comunidades Quilombolas do Município de Mocajuba (Icatu, Tambai, Bracinho de Icatu, Porto Grande (sede do evento), Mangabeira, São Benedito, Santo Antônio, Vizânia, Itabatinga e Uxizal). Palestrante: Hilario Moraes – Coordenador Regional do Marajó (Terceira Foto a esquerda), Momento lindo, dinâmica para aliviar a tensão (Primeira foto).



Foto 02 e 03– Atentos a Palestra, a esquerda blusa laranja Coordenadora da Juventude Quilombola de Bracinho de Icatu Elizandra Gomes, ao lado de sua tesoureira, em seguida a Coordenadora de Educação do Campo – Lêda Campela - SEMED.



Foto 04 – I Fórum da Juventude Quilombola da Regional Tocantina, com representação por 3 (Três (Mocajuba, Baião e Oeiras Do Pará)) dos 5 (cinco), Municípios convidados (Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Cameté, Mocajuba e Baião), realizado no Quilombo de Tambai – Mocajuba. Tivemos como Pauta o Direito a Consulta Prévia Livre e Informada, exposta pelo Prof. Ademir Azevedo (Foto) de Abaetetuba.



Foto 05 – Participantes da Roda de Debate do FORJUQ²⁵

²⁵ Fórum da Juventude Quilombola



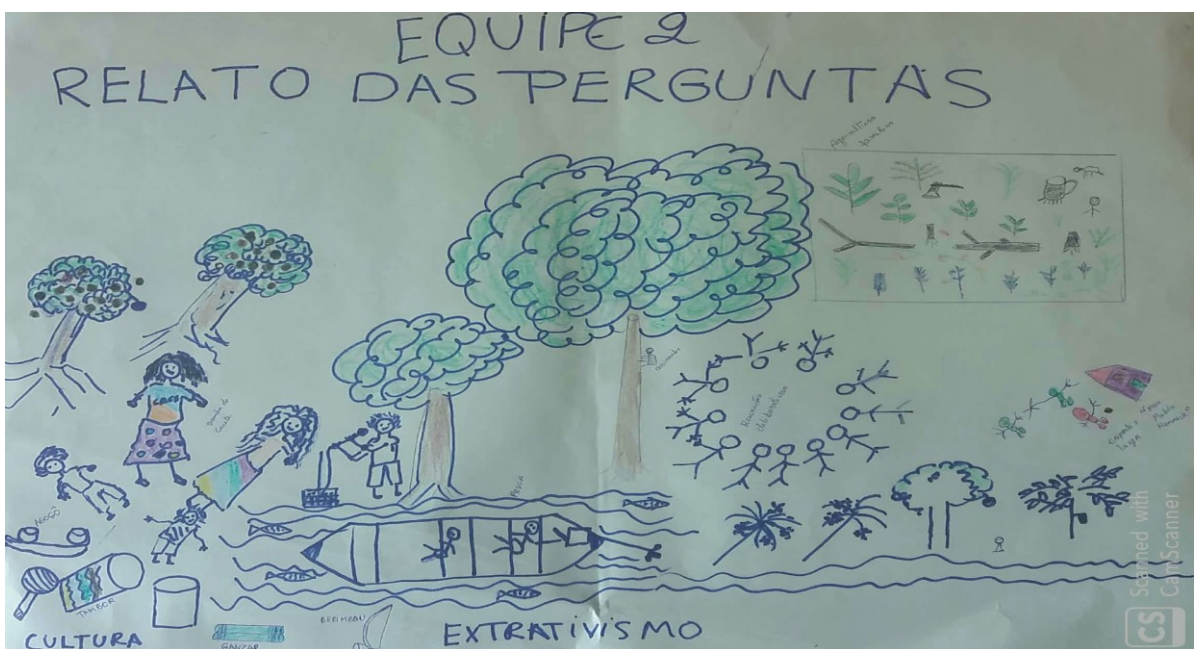
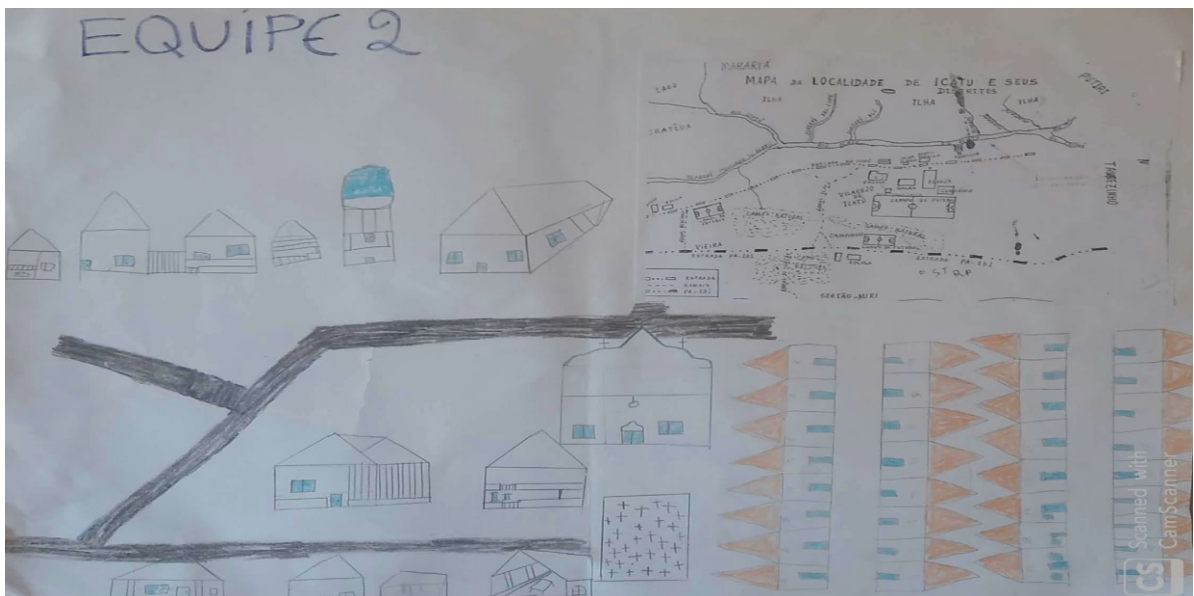
Foto 06 – Roda de Conversa sobre o Direito a Consulta Prévia Livre e Informada e Formação da Rede de Etnodesenvolvimento – Núcleo Tocatina- Comunidade Menino Deus – Igarapé Miri/PA. (Presença da juventude, Liderança dessa Comunidade, Estudantes e Professor do Curso do Etnodesenvolvimento (Daniela Assunção, Conceição Santos, Beatriz Portilho, Deise Magalhaes, eu (Delma Brito) e Prof. Gustavo Moura), Educação do Campo (Eliveiton) e Pronera/Geografia (Euler))



Foto 07 – Roda de Conversa Sobre o Direito a Consulta Prévia Livre e Informada – Comunidade Quilombola de Porto Alegre – Cameté/PA (no fundo, esquerda para direita – Sr. Lael, Jucelino (Quilombo de Porto Alegre), eu, Daniele Bendelac- Coord. ADQ- Associação de Discentes Quilombola na UFPA) e demais comunitários deste quilombo.



ANEXO 04 – MATERIAIS PRODUZIDOS NAS OFICINAIS DE CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA.



1. QUEM DEVE SER CONSULTADO?

- OS MAIS VELHOS DA COMUNIDADE
- AS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS
- AS COMUNIDADES VIZINHAS
- QUILOMBOLAS NÃO RESIDENTES QUE TEM TRAÇOS PARENTESCOS NA COMUNIDADE
- UNIVERSITÁRIOS (da comunidade)
- ALUNOS DA ESCOLA LOCAL; ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
- MORADORES LOCAIS (PESCADORES, AGRICULTORES, AGROEXTRATIVISTAS, PARTEIRAS, COMERCIANTES, PROFESSORES, ETC...)

2. COMO DEVE SER O PROCESSO DE CONSULTA?

COMO? DEVEMOS SER CONSULTADOS TODOS JUNTOS
 QUANDO? QUANDO O GOVERNO QUISSER IMPLANTAR PROJETOS, LEIS, DECRETOS ETC

ONDE? NA COMUNIDADE, DENTRO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA.

LINGUAGEM? A LINGUAGEM LOCAL, DO DIA A DIA DO QUILOMBOLA.

PESSOAS EXTERNAS? SOMENTE QUEM A COMUNIDADE SOLICITAR.

FORÇAS ARMADAS? NÃO.

COMUNICAÇÃO à comunidade? OFÍCIOS endereçados para associação e representante do GOVERNO (15 dias de antecedência).

FILMAGEM, FOTOGRAFIAS? SOMENTE PELA COMUNIDADE, TERCEIROS PODERÃO FILMAR SOMENTE COM AUTORIZAÇÃO DA COMUNIDADE.

Como nós tomamos nossas decisões?

As decisões tomadas na comunidade, dá-se através da coletividade.

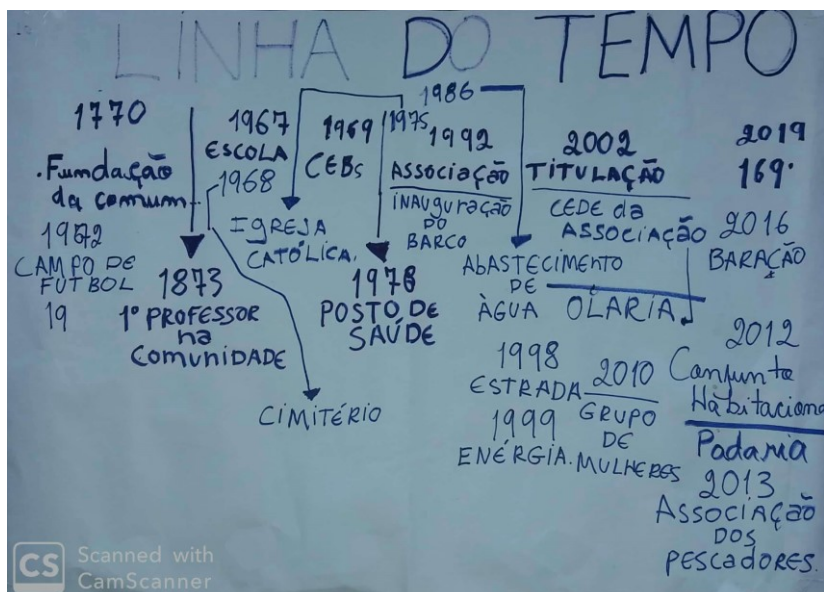
A comunidade reuni-se em assembleia, onde são colocadas em pauta seus anseios para juntos construir estratégias para se tomar as decisões para nossa comunidade. Sendo um modelo democrático, onde o voto da maioria recai adotados.

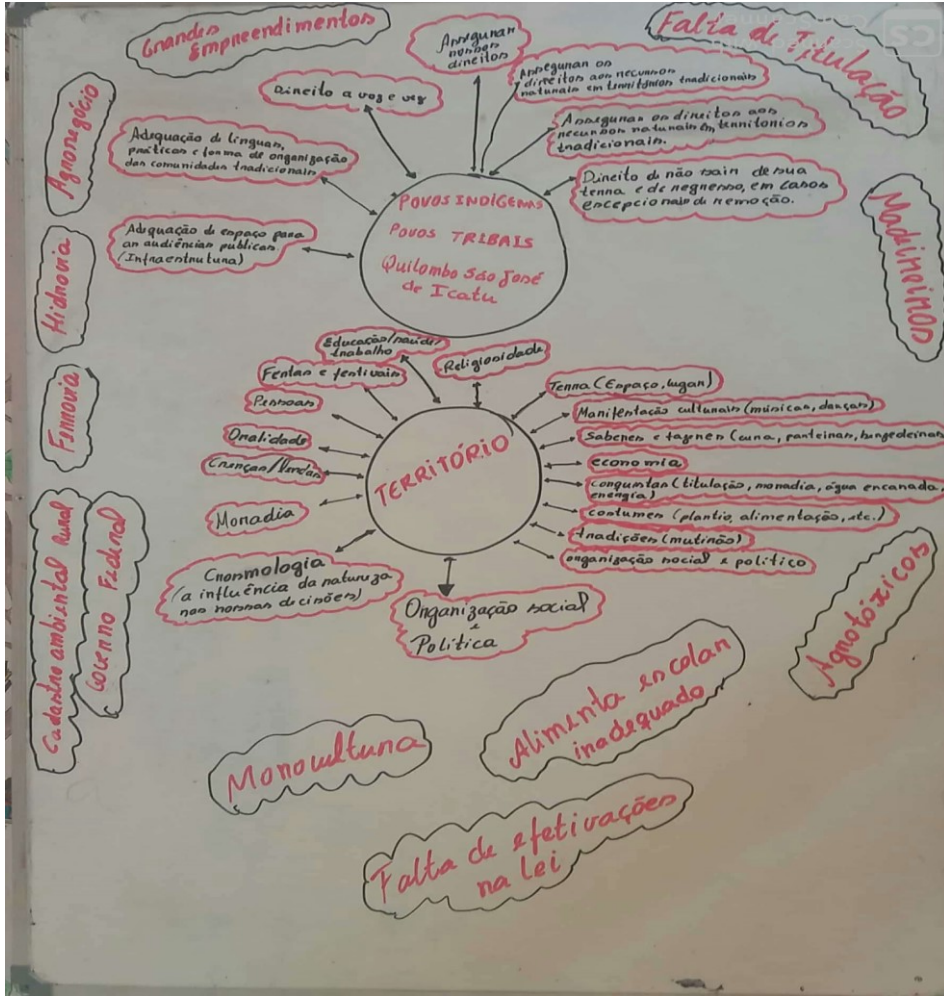
• O que esperamos da consulta?

Esperamos que a consulta respeite as decisões da comunidade e o seu território, lugares sagrados, modo de trabalho, cultura, vivência dos moradores etc. tendo a comunidade autonomia nas decisões tomadas, inclusive o poder de veto de qualquer empreendimento que afete seu território.

- ## ALTERNATIVAS
- Coleta de frutas
 - COLETA de ÓLEOS
 - CONFECCÕES DE COSMÉTICOS.
 - Artesanatos
 - Padaria
 - VENDAS DE MUDAS
 - VENDAS DE PLANTAS MEDICINAS
 - HORTA COMUNITÁRIA
 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS.
 - FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.
 - COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA.

- ## AMEAÇAS
- SOJA
 - ESTRADA
 - FAZENDA
 - HIDRÓVIA
 - MINERAÇÃO
 - MADEIREIROS
 - GRILAGEM
 - FERROVIA
 - CAR
 - Quebra de títulos





EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU
(CREQSJI)

Fundação: 13/12/1992

Publicado no Diário Oficial do Estado: Em 21/04/1994

CNPJ: 34.626.762/0001-10

Endereço: Estrada do Icatu S/N
Mocajuba - Pará - Amazônia - Brasil
CEP: 68.420-000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital a direção da Comunidade Remanescente de Quilombola São Jose de Icatu – CREQSJI. Convoca todos os membros do Conselho Fiscal e os Associados em geral para participarem de uma assembleia ordinária, que ocorrerá no dia 02 de junho de 2019, as 15:00 horas, no Salão Comunitário São José de Icatu, situado no povoado do quilombo.

Com as seguintes pautas:

- 1 Informes;
- 2 Avaliação do primeiro semestre deste ano de 2019, em relação os eventos que ocorreram (Movimento Quilombola e Instituições governamentais/IFPA/UFPA);
- 3 Apresentação do Cronograma de atividades do Projeto de **Protocolo de Consulta**, (Plano de Ação/TCC da Discente do Curso de Etnodesenvolvimento da Delma Brito);
- 4 Prestação de contas dos meses de janeiro a abril de 2019
- 5 O que ocorrer; *Filiação de pessoas*

..Agradecemos a compreensão e presença de todos.

Cordialmente a Direção

Floriano Lopes Farias
(Presidente da CREQSJI)



LISTA DE FREQUENCIA DE ATIVIDADES

120

Lista de presença das pessoas na reunião
com o vice diretor da Faculdade de Etno desenvolvimento professor Gustavo, orientador de tcc da discente Maria Delma.

Data: 01 de novembro de 2018

- 01- Floriano Lopes Farias
- 02- Silvano Rora Nascimento (Tercenseiro)
- 03- Rute Helena Dias dos Santos
- 04- Rivaldo Antonio Dias dos Santos
- 05- Raimundo Rora L. Filho
- 06- Delma Farias Pereira
- 07- Maria de Fátima Nascimento
- 08- Domingos Flávio Lopes Farias
- 09- Guan Thiago Santos Silva
- 10- Calime Vitória Santos Silva
- 11- A Na Joice Brito
- 12- Gustavo Gabriel Nogueira Nogueira (Vice Diretor e Prof. de Faculdade de Estudos Sociais)
- 13- Maria Delma Portillo Brito
- 14- Ajax Correia dos Santos.
- 15- Sandro Farias Pereira
- 16-
- 17-
- 18-
- 19-
- 20-
- 21-
- 22-
- 23-
- 24-
- 25-
- 26-
- 27-



Lista de Presença na reunião para
decidir o Tema do TCC trabalhos de Conclusão
de Curso da estudante da UPA.ET em desenvolvi-
mento da Sra Maria Delma Portillo Brito.
Data 04/ de Novembro de 2018.

- 1 Agostinho Lopes Farias (Presidente)
- 2 Silviano Rosa Nascimento (Treasurer)
- 3 José Vitor Correia
- 4 Domingos Flávio Lopes Farias
- 5 Elias José Lopes de Jesus
- 6 Maria Delma Portillo Brito
- 7 Rita Melina Dias dos Santos
- 8 Lourdes do S. Dias dos Santos
- 9 Maria José Brito de Sousa
- 10 Cleonildo M. da Silva
- 11 José Souza Gomes
- 12 - Raimundo Rosa L. Silva
- 13 Nilton Rosa Nascimento
- 14 Jerezinha de Jesus Souza
- 15 Rita de Cássia Dias dos Santos
- 16 Domingos Agostinho da Silva
- 17 Sebastião da Vezaluz
- 18 Herivaldo Brito Souza
- 19 Konivan Lopes Correia
- 20 Ana Jacinda Brito
- 21 Rivaldo Antonio Dias dos Santos
- 22 Aloisio Santos
- 23 Sandra Santos de Oliveira
- 24 Maria Geniane Sousa Estumano
- 25 Cláudia de Socorro Correia
- 26 - Ana glória de Oliveira Silva
- 27 Rita de Farias Nascimento
- 28 Ana Maria Martins Pacheco

35

Comunidade Remanejada de Quilombo São José de Patu (CREDSTI)
 Lista de Presença da reunião Para
 montar as atividades do Calendário de atividades do TCC.
 Trabalho de Conclusão de Curso de Ete (Desenvolvi-
 mento da estudante da Faculdade M^{te} Helena P. Gomes

- 1 Thiriana Lopes Faria (Presidente)
- 2 Domingo Hortêncio da Silva
- 3 Silvano Rosa Nascimento (1^o Tesoureiro)
- 4 Laysa Gabrielle Brito Lopes
- 5 - Jose Marize de Farias Nascimento
- 6 Ramundo Flavio Secha de Moraes (Regional de Marajo)
- 7 Rodolfo ~~da Silva~~ Filho
- 8 Maria Jose Brito de Sousa
- 9 Vitor William Pontilho Bezerra
- 10 Jose Vitor Coelho
- 11 Rose Pa M. ~~da Silva~~ Pereira
- 12 Angelio - ~~da Silva~~
- 13
- 14
- 15

Lista de presença da Roda de Conversa sobre "Direito a consulta prévia, livre e Informada aos Povos e Comunidades Tradicionais - PCTS"

1. Floriana Lopes Farias
2. Rute Helena Dias dos Santos
3. Leurenha do Solano Dias dos Santos
4. Jonathan Santos Silva
5. Rita de Cassia Dias dos Santos
6. Sílvia Rosa Nascimento
7. Deuziane Pontelho Carvalho
8. Maria Nilzete Nascimento Machado
9. Juan Thiago Santos Silva
10. Maira Souza da Silva
11. Leonardo Foneca dos Santos
12. Camilla Miranda Siqueira
13. Jozilma Pereira Siqueira
14. Francinete Maria Cunha de Melo
15. Ingrid Fernandes Lantosa 27.385 CAB/PA
16. Sauri Ferreira de Andrade
17. Emilli Marlana de Souza Brito
18. Adaide de Sousa Gomes
19. Maria Daynlem Conceição Caldas
20. Maria José Brito de Sousa
21. José Miguel Brito de Souza
22. Rivaldo Antônio Dias dos Santos
23. Aquelto de Castro da Silva
24. Eli Vinícius de Almeida Miranda
25. Domingos Flávio Lopes Farias
26. Ione Pereira Ferreira
27. Jurgiana Franco Melo
28. Milton Rosa Nascimento
29. Aldo da América Silva Serrão
30. Antônio do Carmo de Oliveira

Comunidade Tradicionalmente Organizada
 São José de Icatu (CREGSJ)
 Fundação do Icatu
 CNPJ: 34.628.702/0001-10
 Estrada do Icatu S/Nº
 CEP: 68.420-000
 Mocimbuca - Para. - PA



Scanned with
 CamScanner

Lista de presença na oficina de formação da lei 169 da
OIT, Em: 06 de Dezembro de 2019 (CREQJSJ) Com o facilitador
Maquinhos Mota.

- 01 - Floriano Lopes Farias
- 02 - Rute Helena Dias dos Santos
- 03 - Domingos Flávio Lopes Farias
- 04 - Rivaldo António Dias dos Santos
- 05 - Raimundo Adriano S. de Moraes (Malungu)
- 06 - Vitor William Portillo Bezerra
- 07 - Samiris do Sacramento Rodrigues Sousa
- 08 - Terezinha de Jesus S. Esturmano
- 09 - Maria da Conceição Brito de Souza
- 10 - Odílio Silva
- 11 - Maria Delma Portillo Brito
- 12 - Milfoiraks Aloth
- 13 - Celia Correa dos Santos
- 14 - José Vaqueirosa
- 15 - Eron José Lopes de Jesus
- 16 - José Mano Brito
- 17 - Maria José Brito de Souza
- 18 - Nilza de Farias Nascimento
- 19 - Cristiane Brito Souza
- 20 - Manuel Leidino de Carvalho (ifAPOlu terra da liberdade)
- 21 - Adelberto da Silva Pereira do Celo (APPB) / São Benedito
- 22 - Sandra Santos de Oliveira
- 23 - Telma do Socorro Pacheco da Silva
- 24 - A.ia Lucía Brito
- 25 - João Paulo Rodrigues
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

Associação de Icatu (CREQJSJ)
Fundação: 13/12/1952
CNPJ: 34.626.792/0001-70
Estrada do Icatu S/nº
CEP: 68.420-000
Mocimbuca - PA



Lista de Presença na oficina de formação da feic 169
da O.T. Em: 07 de Dezembro de 2019. (CREQSJI) com a presença
do Facilitador. Marquinho Mata.

1. Floriano Lopes Sarias,
2. Lore Vaque Correa
3. Elson José Lopes de Jesus.
4. Maria Jari Brito de Souza
5. Rute Helena Dias dos Santos
6. Celia Correa dos Santos
7. Nilza de Farias Nascimento
8. Ana Lúcia Brito
9. Soudra Santos de Oliveira
10. Maria da Conceição Brito de Souza
11. Celso do Sílva Pixumo da Costa
12. Maria Delma Portilho Brito
13. Raimundo Flavio S. de Moraes (Malungu)
14. Rivaldo Antonio Dias dos Santos
15. Samir do Sacramento Rodrigues Sousa
16. Cristiane Brito Souza
17. Odécio Silveira
18. José Meira Brito
19. Manoel Leidino de Carvalho e Irapolu Terra da Liberdade
20. Jacielma Correa dos Santos
21. Marguile UOTA - FAOR
22. Janira da Silva Mendes
23. Domingos Apertinho da Silva
24. Vitor William Portilho Bezerra
25. Laysa Gabrielle Brito Lopes
26. ~~Antonio Roberto da Cruz Filho~~ Comunidade Aulacinho Novo Juruá
27. Ione Pereira Ferreira (Comunidade A de Engenho)
28. José Marcílio P.S.O.
29. Maria Delma Portilho Brito

Comunidade Aulacinho Novo Juruá
São José do Itaipu (CREQSJI)
Fundação: 13/12/19: 2
CNPJ: 34.626.762/0001-10
Estrada do Itaipu S/nº
CEP: 68.420.000
Mocajuba - Pará - Brasil

Lista de presença na oficina de formação da convenção 169 da O.I.T. na Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu (CREQSIJ) com a facilitadora de trabalho Andreia Barreto. Em: 20 de dezembro de 2019.

- 01 - Flávio Lopes Farias (Presidente)
- 02 - Rute Helena Dias dos Santos (Secretária)
- 03 - José Vaquele Correia
- 04 - Elson José Lopes de Jesus
- 05 - Maria José Brito Brito de Sousa
- 06 - Adaide de Sousa Gomes
- 07 - Nayra Paiva Pimentel (STR BAIÃO / COMIS. Estadual de Juvenis)
- 08 - Samir de Sacramento Rodrigues Sousa (MAB)
- 09 - Tone Pereira Ferreira (Comunidade Q. de Engenho)
- 10 - Sorronny de Paula Ferreira de Freitas (Comunidade Q. Engenho)
- 11 - Apoc Correia dos Santos
- 12 - Fridson Mendes S. Moura (Comunidade Q. de Engenho)
- 13 - Benon Mendes Arruda
- 14 - Gylmaro Klingler (Técnicos Pública)
- 15 - Odério Silva (BVL 1000)
- 16 - Odiza Monteiro de Jesus
- 17 - Dilcicleia Monteiro Vieira
- 18 - Marilgo M. Monteiro
- 19 - OSAIAS MONTEIRO DE JESUS
- 20 - Delfino Rocha (STR. BAIÃO)
- 21 - Klizia Correia Mendes Ferreira (Q. de Engenho)
- 22 - Jacielma Correia dos Santos
- 23 - Ellen Cristina de Jesus (Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu (CREQSIJ))
- 24 - Ramessom da Silva
- 25 - Leiria Hamilton dos Anjos Pompeu
- 26 - Juan Thiago S. Silva
- 27 - Aníbal Maria Martins Pacheco
- 28 - Tonello de Almeida Silva
- 29 - Maria da Conceição B. de Souza

Comunidade Remanescente de Quilombos
 São José de Icatu (CREQSIJ)
 Fundação: 13/12/1992
 CNPJ: 34.626.762/0001-10
 Estrada de Icatu S/nº
 CEP: 68.420.000
 Mocajuba - Pará - Brasil

✓ SPI
 Lista de presença na oficina de formação da Convenção 169 da O.I.T. na Comunidade Remanescente de Quilombos São José de Icatu (CREQSIJ), com a facilitadora Andreia Banneto. Em 21 de dezembro de 2019.

- 01 - Ilario José Faria
- 02 - Silvano Rosa Nascimento
- 03 - Rute Helena Dias dos Santos
- 04 - Maria José Brito de Souza
- 05 - Laudelino Rosa de Farias Neto
- 06 - OSÁIAS MAURÍCIO DE JESUS
- 07 - Dilcicleia Monteiro Vieira
- 08 - Telma dos Anjos Pacheco da Silva
- 09 - Tamiela P da Silva
- 10 - Agac Garcia dos Santos
- 11 - José Maurício da Cruz
- 12 - Nilton Rosa Nascimento
- 13 - Maria da Conceição Brito de Souza
- 14 - Renato Lopes do Nascimento
- 15 - Romilson Lopes Correia São José (Icatu)
- 16 - Luzia Correia Al. Ferreira (Quilombo Encanto)
- 17 - Leonardo de Paulo S. de Freitas (Quilombo Engenho)
- 18 - Emerson Mendes B. Moreira (Quilombo de Engenho)
- 19 - Benedita (Carmem) Oliveira
- 20 - Cristina do C. de Oliveira
- 21 - Andrevaldo de Jesus Lopes
- 22 - Rivaldo Antônio Dias dos Santos
- 23 - Maria Rosa Brito
- 24 - Ramundo S. de Moraes (Malungu)
- 25 -
- 26 -
- 27 -

Comunidade Remanescente de Quilombos
 São José de Icatu (CREQSIJ)
 Fundação: 13/12/1992
 CNPJ: 34.626.762/0001-10
 Estrada de Icatu S/nº
 CEP: 65.420-090
 Mocaíuba - Pará - Brasil

ANEXO 05 - PROTAGONISMO DO POVO QUILOMBOLA DE ICATU, EM DEFESA DA VIDA NESTE QUILOMBO NO PERIODO PANDEMICO.

Foto 01 – Portão de Isolamento nas vias de acessos do Quilombo de Icatu (Foto – Clenivaldo Magalhães, realizando assepsia com álcool em gel de um outro comunitário que acessava o quilombo vindo de um outro lugar fora do quilombo).



Foto 02 – Realização de Pulverização em motos, com água sanitária, assim como assepsia de mão com sabão e álcool em gel do comunitário, vindo da cidade, das compras semanais. Cada dois, por família poderia ir a cidade, para comprar alimentos, mantendo as devidas precauções.



Foto 03 – Tirando Plantão no Portão de Isolamento, juntamente com os Companheiros: Clenivaldo Magalhães, Edivan Medeiros. Funcionávamos com três turnos (manhã, tarde e noite) cada semana tirávamos um desses sequentemente.





Foto 04 – Portão em anexo uma placa contendo algumas orientações primordiais.



Foto 04 – Mascaras, doadas para as comunidades Quilombolas dos Municípios de Mocajuba e Baião/PA, com distribuição sob nossa responsabilidade.

ANEXO 06 – TITULO COLETIVO DO TERRITORIO QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DE ICATU.

 **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
CERTIDÃO Nº 013

 **iterpa**

Livro: 06
Folha: 01

CERTIFICO, a requerimento da **COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 34.626.762/0001-10, com sede situada na estrada do Icatu s/n, município de Mocajuba, conforme petição protocolada sob nº 2008/191.305, aos trinta (30) dias do mês de abril do ano de dois mil e oito (2008), que revendo o Arquivo desta Repartição, verifiquei o Livro de Títulos de Reconhecimento de Domínio de Remanescentes de Terras do Pará – ITERPA, dele, consta o registro do teor seguinte: **ITERPA. INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO** que o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, outorga em favor da **COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.626.762/0001-10, área de terras localizada no município de **BAIÃO – ESTADO DO PARÁ. O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, representado pelo Excelentíssimo senhor Governador do Estado, **ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL** e o **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA**, representado pelo seu Presidente, **RONALDO BARATA**, com base no disposto dos artigos 215 e 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal; dos artigos 285, 286 e 322 da Carta Estadual, Lei Estadual nº 6.165/1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instrução Normativa nº 02/1999 – ITERPA, **RECONHECE O DOMÍNIO** de uma área de terras com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos da comunidade de **SÃO JOSÉ DE ICATU**, no município de **BAIÃO**, expedindo **TÍTULO DE DOMÍNIO COLETIVO**, gravado com **CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE**, em nome da **COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.626.762/0001-10, representado pelo senhor **Domingos Flávio Lopes Farias**, portador do RG nº 2.004.924 – SEGUP-PA, seu representante legal. A área de terras objeto deste reconhecimento, foi apurada na demarcação administrativa através do processo nº 2000/202.004, localizada no município de **BAIÃO**, com área total de **1.636,6122 ha**, perímetro de **18.051,44 m**, forma de um polígono **IRREGULAR** de **11** lados, tendo como limites e confrontações: **Ao Norte**: Da estação L-1, com uma distância de 4.727,36 metros, confrontando com terras ocupadas por Manoel Jorge Fernandes de Sousa e Antonio da Graças Pereira Leal, passando por L-2 e L-3A, chega-se na estação L-4A,. **A Leste**: Da estação L-4A, com uma distância de 4.414,79 metros confrontando com a M/D da PA-51, passando pela estação L-5, chega-se a estação L-6,. **Ao Sul**: Da estação L-6, com uma distância de 4.680,02 metros, confrontando com a Comunidade Bracinho, passando por L-8A, L-9A, L-10A e L-11A, chega-se na estação L-7,. **A Oeste**: Da estação L-7, com uma distância de 4.229,27 metros, confrontando com o igarapé **ICATU**, chega-se na estação L-1.

Descrição topográfica: Partindo da estação L-1, definida pela coordenada geográfica de Latitude 2°39'53,72" Sul e Longitude 49°35'18,30" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada plana UTM 9.705.353,674 m Norte e 656.921.648 m Leste, referida ao meridiano central 51°WGr; desta, seguindo com uma distância de 2.127,36 metros e com azimute plano de 122°38'08", chega-se na estação L-2; desta, seguindo com uma distância de 600,00 metros e com azimute plano de 225°00'00", chega-se na estação L-3A; desta, seguindo com uma distância de 2.000,00 metros e com azimute plano de 123°52'42", chega-se na estação L-4A; desta, seguindo pela margem direita da PA-151, com uma distância



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
CERTIDÃO Nº 013



iterpa

Livro: 06

Folha: 02

(continuação da certidão requerida por **COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS SÃO JOSÉ DE ICATU**, conforme petição protocolada sob nº 2008/191305, referente ao **Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo** do Talonário próprio nº 01) de 3.876,25 metros e com azimute plano de 213°24'35", chega-se na estação L-5; desta seguindo pela margem direita da PA – 151, com uma distância de 538,54 metros e com azimute plano de 231°20'28", chega-se na estação L-6; desta, seguindo com uma distância de 638,90 metros e com azimute plano de 310°11'05", chega-se na estação L-8A; desta, seguindo com uma distância de 496,55 metros e com azimute plano de 43°31'52", chega-se na estação L-9A; desta, seguindo com uma distância de 1.001,06 metros e com azimute plano de 316°49'17", chega-se na estação L-10A; desta, seguindo com uma distância de 505,59 metros e com azimute plano de 224°35'58", chega-se na estação L-11A; desta, seguindo com uma distância de 2.037,92 metros e com azimute plano de 315°48'31", chega-se na estação L-7; desta, seguindo pela margem direita do Igarapé Icatu, com uma distância de 4.229,27 metros e com azimute plano de 30°16'30", chega-se na estação L-1, ponto inicial da descrição deste perímetro". Todos os azimutes estão referidos ao meridiano verdadeiro. Declinação magnética: 19° 30' 40" W (Maio/2002). A boa forma vai arquivada no Livro de Títulos de Reconhecimento de Domínio de Remanescentes de Quilombos – ITERPA. Belém, Pará, 30 de novembro de 2002. a) Ilegível Governador do Estado. a) Ilegível Presidente do ITERPA. a) Domingos Flávio Lopes Farias Representante da Comunidade. Testemunhas: 1 Aureliano de Jesus Rodrigues. 2 (Ilegível) Souza Magalhães. O referido é verdade. Eu, Regina Bahia, digitei e emiti a presente **CERTIDÃO**, aos vinte e oito (28) dias do mês de maio do ano de dois mil e oito (2008), que vai assinada pelo Coordenador de Documentação e Informação e pelo Presidente do Instituto de Terras do Pará- ITERPA.//

Belém(PA), 28 de maio de 2008.

EDMILSON MARTINS DA SILVA
 Coordenador de Documentação e Informação

JOSÉ HEDER BENATTI
 Presidente

ANEXO 07 - JOGOS DE IDENTIDADE QUILOMBOLA